

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	61.804.561	61.817.640
1.01	Ativo Circulante	26.680.724	18.509.420
1.01.01	Disponibilidades	149.814	155.045
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.573.196	4.381.163
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.380.084	3.191.148
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.193.112	1.190.015
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	12.019.818	4.479.457
1.01.03.01	Carteira Própria	8.822.034	219.720
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	3.324.433	4.387.653
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.804	0
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	5.705	8.242
1.01.03.05	(Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos)	-136.158	-136.158
1.01.04	Relações Interfinanceiras	846.266	909.229
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	51.162	935
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	773.369	846.411
1.01.04.03	Correspondentes	2.075	1.261
1.01.04.04	Banco Central - Conta de Pagamento Instantâneo	19.660	60.622
1.01.05	Relações Interdependências	25	0
1.01.05.01	Transferência Interna de Recursos	25	0
1.01.06	Operações de Crédito	7.173.953	6.997.540
1.01.06.01	Setor Público	43.082	69.307
1.01.06.02	Setor Privado	7.571.411	7.181.597
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-440.540	-253.364
1.01.08	Outros Créditos	1.880.543	1.544.412
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	875.239	822.414
1.01.08.02	Rendas a Receber	29.218	27.159
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	15	16
1.01.08.04	Diversos	1.071.771	789.568
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-95.700	-94.745
1.01.09	Outros Valores e Bens	37.109	42.574
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	11.039	10.855
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	26.541	32.191
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-471	-472
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.884.161	43.073.404
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	26.579.624	34.356.351
1.02.02.01	Carteira Própria	22.560.979	29.721.369
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	3.690.816	4.305.214
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	588.490	590.470
1.02.02.04	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	47.538	47.424
1.02.02.05	(Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos)	-308.199	-308.126
1.02.03	Relações Interfinanceiras	80.306	79.163
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	80.306	79.163
1.02.05	Operações de Crédito	4.894.884	4.679.277
1.02.05.01	Setor Público	466.529	429.269

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.05.02	Setor Privado	4.636.056	4.662.886
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-207.701	-412.878
1.02.07	Outros Créditos	3.329.347	3.958.613
1.02.07.01	Diversos	3.356.533	3.985.706
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.186	-27.093
1.03	Ativo Permanente	239.676	234.816
1.03.01	Investimentos	1.411	1.412
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.591	6.591
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.180	-5.179
1.03.02	Imobilizado de Uso	237.544	232.683
1.03.02.01	Imóveis de Uso	283.801	283.807
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	319.283	322.357
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-365.540	-373.481
1.03.04	Intangível	721	721

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	61.804.561	61.817.640
2.01	Passivo Circulante	20.335.543	24.716.398
2.01.01	Depósitos	7.553.340	8.305.440
2.01.01.01	Depósitos a Vista	681.972	853.237
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	3.594.477	4.050.698
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	2.163.472	1.996.112
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.113.419	1.405.393
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	7.004.776	8.681.024
2.01.02.01	Carteira Própria	7.004.776	8.681.024
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.684	1.178
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Crédito e Similares	5.684	1.178
2.01.04	Relações Interfinanceiras	44.044	342
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	44.044	342
2.01.05	Relações Interdependências	5.629	4.060
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.629	4.040
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	0	20
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	950.406	904.882
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	950.406	904.882
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	133.621	142.146
2.01.07.01	Tesouro Nacional	122	118
2.01.07.02	BNDES	106.555	122.878
2.01.07.03	FINAME	13.630	19.150
2.01.07.04	Outras Instituições	13.314	0
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	191.129	298.457
2.01.09	Outras Obrigações	4.446.914	6.378.869
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	53.787	675
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	1.838	3.695
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	329.733	306.856
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	451.257	939.336
2.01.09.05	Negociação de Intermediação de Valores e Bens	153	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.152.859	2.720.690
2.01.09.07	Diversas	2.445.565	2.386.985
2.01.09.08	Rendas Antecipadas	10.000	10.000
2.01.09.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.722	10.479
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	34.934.146	30.929.267
2.02.01	Depósitos	6.443.525	6.616.243
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	6.443.525	6.616.243
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	47.622	47.393
2.02.02.01	Carteira Própria	47.622	47.393
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.295.425	1.071.807
2.02.07.01	Tesouro Nacional	529	496
2.02.07.02	BNDES	1.040.400	1.051.480
2.02.07.03	FINAME	17.654	19.831
2.02.07.04	Outras Instituições	236.842	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	414.310	412.822
2.02.09	Outras Obrigações	26.733.264	22.781.002
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	522.921	672.405
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.785.725	12.464.933
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.690.454	2.660.982
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.295.889	1.295.889
2.02.09.05	Rendas Antecipadas	181.102	183.602
2.02.09.06	Diversas	5.257.173	5.503.191
2.05	Patrimônio Líquido	6.534.872	6.171.975
2.05.01	Capital Social Realizado	6.293.460	5.569.988
2.05.03	Reservas de Reavaliação	13.364	13.671
2.05.03.01	Ativos Próprios	13.364	13.671
2.05.04	Reservas de Lucro	1.035.243	1.668.959
2.05.04.01	Legal	445.486	445.486
2.05.04.02	Estatutária	500.001	1.223.473
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	89.756	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.094.166	-1.080.643
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.094.166	-1.080.643
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	286.971	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.107.064	1.314.607
3.01.01	Operações de Crédito	669.041	624.656
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	310.389	421.108
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	21.130	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	102.063	263.476
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	4.441	5.367
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-474.790	-878.985
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-109.962	-133.370
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-294.198	-657.532
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-70.630	-88.083
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	632.274	435.622
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	44.099	62.656
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	705.652	660.290
3.04.02	Despesas de Pessoal	-554.213	-529.019
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-353.414	-340.309
3.04.04	Despesas Tributárias	-99.830	-92.149
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	580.076	700.505
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-234.172	-336.662
3.05	Resultado Operacional	676.373	498.278
3.06	Resultado Não Operacional	2.367	2.439
3.06.01	Receitas	3.263	2.888
3.06.02	Despesas	-896	-449
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	678.740	500.717
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-350.365	-230.498
3.09	IR Diferido	70.922	76.968
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-22.877	-19.534
3.10.01	Participações	-22.877	-19.534
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	376.420	327.653
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,35818	3,79355

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	376.420	327.653
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-13.216	-59.859
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-358.853	-559.851
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	161.484	252.926
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	318	25
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-11	-11
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	334.266	449.185
4.02.06	Efeito Tributário sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-150.420	-202.133
4.03	Resultado Abrangente do Período	363.204	267.794

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	119.976	739.399
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.081.712	1.016.978
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos e Participações	678.740	500.717
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	3.263	3.129
6.01.01.03	Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-1	0
6.01.01.04	Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	69.565	83.625
6.01.01.05	Provisão Líquida para Risco de Outros Créditos do Banco	1.065	4.458
6.01.01.06	Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	143.602	182.875
6.01.01.07	Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	31	-12
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	16.431	31.683
6.01.01.09	Provisão Líquida para Outras Contingências	3.936	29.614
6.01.01.10	Passivos Atuarias	126.385	88.933
6.01.01.11	Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	28.801	29.167
6.01.01.12	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	1.990	3.213
6.01.01.13	Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados SFH	-26	-25
6.01.01.14	Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	0	2.429
6.01.01.15	Provisão para Encargos sobre emissão de Letras Financeiras	4.505	9.413
6.01.01.16	Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	2.182	-3.988
6.01.01.17	Atualização Monetária de Dividendos e JCP	1.170	1.685
6.01.01.18	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	73	50.139
6.01.01.19	Reversão de Provisão de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	-77
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-961.736	-277.579
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-3.096	-311.728
6.01.02.02	Operações de Crédito	-443.584	151.448
6.01.02.03	Outros Créditos	66.302	6.642
6.01.02.04	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-17.043	-60.750
6.01.02.05	Outros Ativos	277.125	-30.790
6.01.02.06	Ativos Fiscais Diferidos	140.860	206.628
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	5.809	702
6.01.02.08	Depósitos	-926.807	26.695
6.01.02.09	Captação no Mercado Aberto	-1.676.019	134.884
6.01.02.10	Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	4.506	-34.606
6.01.02.11	Obrigações por Empréstimos e Repasses	154.778	297.039
6.01.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	-12.561	0
6.01.02.13	Outras Obrigações	-547.266	-770.771
6.01.02.14	Provisões	-233.890	-248.773
6.01.02.15	Rendas Antecipadas	-2.500	0
6.01.02.16	Outros Instrumentos Financeiros	2.782.432	565.376

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01.02.17	Obrigações Fiscais Diferidas	-149.484	51.284
6.01.02.18	Imposto de Rendas e Contribuição Social Pagos	-488.391	-257.514
6.01.02.19	Relações Interfinanceiras e Interdependências	107.093	-3.345
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	34.259	-687.059
6.02.01	Inversões em Imobilizado de Uso	-9.317	-8.990
6.02.02	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-349	-158
6.02.03	Alienação(baixa) de Imobilizado de Uso	1.193	-1.024
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	5	262
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis par Venda	42.727	-677.149
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.470	-212.227
6.03.01	Dívida Subordinadas Elegíveis a Capital	29.471	37.773
6.03.02	Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	-1	0
6.03.03	Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	0	-250.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	183.705	-159.887
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.346.193	3.444.451
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.529.898	3.284.564

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	5.569.988	0	1.682.630	0	0	-1.080.643	6.171.975
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	5.569.988	0	1.682.630	0	0	-1.080.643	6.171.975
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	376.420	0	376.420
5.05	Destinações	0	0	-633.716	0	-89.756	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	-633.716	0	-89.756	0	0
5.05.03.02	Reserva para Margem Operacional	0	0	-484.372	0	0	0	0
5.05.03.03	Reserva para Equalização de Dividendos Complementares	0	0	-239.100	0	0	0	0
5.05.03.04	Reservas Especiais de Lucros	0	0	89.756	0	-89.756	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	-307	0	307	0	0
5.06.01	Realização de Reserva (Líquida de Efeitos Tributários)	0	0	-307	0	307	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-13.523	-13.523
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-197.369	-197.369
5.07.04	Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquido dos Efeitos Tributários)	0	0	0	0	0	183.846	183.846
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	723.472	0	0	0	0	0	0
5.08.01	Poviniante de Reserva Estatutária	723.472	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	6.293.460	0	1.048.607	0	286.971	-1.094.166	6.534.872

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.813.000	0	2.665.240	0	0	-1.050.835	5.427.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.813.000	0	2.665.240	0	0	-1.050.835	5.427.405
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	327.653	0	327.653
5.05	Destinações	0	0	-69	0	-78.067	0	-78.136
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-78.067	0	-78.067
5.05.03	Outras Destinações	0	0	-69	0	0	0	-69
5.05.03.03	Transferência para pagamentos de Dividendos Complementares Exercício de 2019	0	0	-69	0	69	0	0
5.05.03.04	Provisão para Dividendos Complementares do Exercício de 2019	0	0	0	0	-69	0	-69
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	-14	0	14	0	0
5.06.01	Realização de Reserva (Líquida de Efeitos Tributários)	0	0	-14	0	14	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-59.873	-59.873
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-306.925	-306.925
5.07.04	Ganhos ou Perdas Atuariais(Líquida de Efeitos Tributários)	0	0	0	0	0	247.052	247.052
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	1.756.988	0	-1.756.988	0	0	0	0
5.08.01	Proviniente de Reserva Estatutárias	1.756.988	0	-1.756.988	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.569.988	0	908.169	0	249.600	-1.110.708	5.617.049

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	2.090.357	2.253.095
7.01.01	Intermediação Financeira	1.107.064	1.314.607
7.01.02	Prestação de Serviços	705.652	660.290
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-70.630	-88.083
7.01.04	Outras	348.271	366.281
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-404.160	-790.902
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-340.306	-326.735
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-24.613	-22.016
7.03.02	Serviços de Terceiros	-204.854	-195.392
7.03.04	Outros	-110.839	-109.327
7.03.04.01	Processamento dados e Telecomunicações	-64.649	-62.898
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-8.748	-4.545
7.03.04.03	Transportes	-7.430	-7.462
7.03.04.04	Segurança	-16.419	-15.625
7.03.04.05	Viagens	-1.578	-3.187
7.03.04.06	Outras	-12.015	-15.610
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.345.891	1.135.458
7.05	Retenções	-3.263	-3.129
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.263	-3.129
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.342.628	1.132.329
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.342.628	1.132.329
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.342.628	1.132.329
7.09.01	Pessoal	507.373	477.658
7.09.01.01	Remuneração Direta	313.560	318.282
7.09.01.02	Benefícios	171.163	136.324
7.09.01.03	F.G.T.S.	22.650	23.052
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	448.990	316.573
7.09.02.01	Federais	438.174	306.405
7.09.02.02	Estaduais	9	6
7.09.02.03	Municipais	10.807	10.162
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.845	10.445
7.09.03.01	Aluguéis	9.845	10.445
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	376.420	327.653
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	78.067
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	376.420	249.586

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou no primeiro trimestre de 2021 um total de 1.245.257 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito. Essas operações somaram R\$ 7,5 bilhões – crescimento de 0,4% em relação ao mesmo período de 2020.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) totalizaram, no primeiro trimestre de 2021, o valor de R\$ 4,1 bilhões e 162.743 operações, o que representa redução de 10,8% no valor contratado e aumento de 17,2% na quantidade de operações, em relação ao primeiro trimestre de 2020.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 3,0 bilhões, contratando 1.055.878 operações no primeiro trimestre de 2021 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Em comparação com o primeiro trimestre de 2020, o BNB apresentou incrementos de 19,2% e 5,8%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 154.995 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 869,1 milhões no período, o que representa acréscimos de 21,2% no valor contratado e de 20,6% na quantidade de operações, em relação ao primeiro trimestre de 2020.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. No primeiro trimestre de 2021 foram contratadas nesta modalidade a quantidade 152.585 operações com agricultores familiares, que totalizaram R\$ 785,0 milhões (crescimento de 24,2% em relação a igual período de 2020).

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 3,7 bilhões no primeiro trimestre de 2021, totalizando 1.208.463 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação. Esses resultados representaram crescimentos de 20,2% no valor contratado e 7,6% na quantidade de operações, comparando com o mesmo período de 2020.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 607,3 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2021 e 4.789 operações, apresentando reduções de 22,0% no valor contratado e de 46,5% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve lucro de R\$ 376,4 milhões no primeiro trimestre de 2021 – aumento de 14,9% em relação ao primeiro trimestre de 2020, quando o Banco totalizou R\$ 327,7 milhões.

Demonstra-se, também, a composição do Lucro Recorrente, o qual é apurado considerando-se a dedução de itens extraordinários (não recorrentes) ocorridos no período:

Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões

	1ºtrim.20	1ºtrim.21	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido Recorrente	253,8	376,4	122,6	48,3%
ROE (a.a.)	20,3%	25,4%		
Resultados não recorrentes	149,9	-	(149,9)	-100,0%
<i>Impairment</i> de Títulos	(50,1)	-	50,1	-100,0%
Venda do Balcão de Seguros	200,0	-	(200,0)	-100,0%
IR, CSLL e outros efeitos sobre resultados não recorrentes	(76,0)	-	76,0	-100,0%
Lucro Líquido	327,7	376,4	48,7	14,9%

Considera-se "não recorrentes" itens que contribuem para o resultado da instituição advindos de ocorrências sem previsibilidade e com fato gerador individual e específico de dado cenário. São valores que não tem relação direta com os números resultantes das operações da empresa e, por este motivo, tendem a não se repetir no futuro.

Observa-se o crescimento de 48,3% no Lucro Recorrente do primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**
Trimestres findos em 31 de Março de 2021 e 2020 e Exercício de 2020
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Apresentamos, a seguir, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., de 31.03.2021, acompanhadas das Notas Explicativas, elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.818, de 29.05.2020, do Conselho Monetário Nacional e a Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020, do Banco Central do Brasil, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

Notas Explicativas



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais

BALANCETE PATRIMONIAL

Trimestre findo em 31 de Março de 2021 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

A T I V O				P A S S I V O			
		31.03.2021	31.12.2020			31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		26.680.724	18.509.420	CIRCULANTE		20.335.543	24.716.398
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	149.814	155.045	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		17.043.363	21.068.851
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		26.094.428	18.006.500	DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	7.553.340	8.305.440
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6)	4.573.196	4.381.163	Depósitos à Vista		681.972	853.237
Aplicações no Mercado Aberto		3.380.084	3.191.148	Depósitos de Poupança		3.594.477	4.050.698
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.193.112	1.190.015	Depósitos Interfinanceiros		2.163.472	1.996.112
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	12.155.976	4.615.615	Depósitos a Prazo		1.113.419	1.405.393
Carteira Própria		8.822.034	219.720	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	7.004.776	8.681.024
Vinculados a Compromissos de Recompra		3.324.433	4.387.653	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	5.684	1.178
Vinculados à Prestação de Garantias		5.705	8.242	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		44.044	342
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.804	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		5.629	4.060
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		846.266	909.229	Recursos em Trânsito de Terceiros		5.629	4.040
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		51.162	935	Transferências Internas de Recursos		-	20
Banco Central-Conta de Pagamento Instantâneo	(Nota 8.a)	19.660	60.622	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.c)	950.406	904.882
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	773.369	846.411	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	133.621	142.146
Correspondentes		2.075	1.261	Tesouro Nacional		122	118
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		25	-	BNDES		106.555	122.878
Transferências Internas de Recursos		25	-	FINAME		13.630	19.150
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 9.a)	7.614.493	7.250.904	Outras Instituições		13.314	-
Setor Público		43.082	69.307	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	1.722	10.479
Setor Privado		7.571.411	7.181.597	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	191.129	298.457
OUTROS CRÉDITOS		904.472	849.589	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.153.012	2.720.843
Carteira de Câmbio	(Nota 11)	875.239	822.414	Negociação e Intermediação de Valores		153	153
Rendas a Receber		29.218	27.159	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		1.152.859	2.720.690
Negociação e Intermediação de Valores		15	16	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.420.508	1.816.804
OUTROS ATIVOS	(Nota 10.a)	1.071.771	789.568	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	53.787	675
Diversos		1.071.771	789.568	Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	1.838	3.695
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 9.d)	(536.240)	(348.109)	Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	329.733	306.856
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(440.540)	(253.364)	Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	451.257	939.336
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(95.700)	(94.745)	Diversas	(Nota 16.e)	583.893	566.242
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 10.b)	37.109	42.574	RENDAS ANTECIPADAS	(Nota 18)	10.000	10.000
Outros Valores e Bens		11.039	10.855	PROVISÕES		1.861.672	1.820.743
Provisões para Desvalorizações		(471)	(472)	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(Nota 9.f.1)	985.515	954.798
Despesas Antecipadas		26.541	32.191	Passivos Atuariais	(Nota 24.h)	177.618	172.328
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(Notas 7.a.1 e 7.a.3)	(136.158)	(136.158)	Provisão para Contingências	(Nota 22.g)	698.539	693.617
NÃO CIRCULANTE		35.123.837	43.308.220	NÃO CIRCULANTE		34.934.146	30.929.267
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		32.070.714	39.835.795	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		28.972.950	29.570.069
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(Nota 7)	26.887.823	34.664.477	DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	6.443.525	6.616.243
Carteira Própria		22.560.979	29.721.369	Depósitos a Prazo		6.443.525	6.616.243
Vinculados a Compromissos de Recompra		3.690.816	4.305.214	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	47.622	47.393
Vinculados à Prestação de Garantias		588.490	590.470	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	1.295.425	1.071.807
Objeto de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação		47.538	47.424	Tesouro Nacional		529	496
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		80.306	79.163	BNDES		1.040.400	1.051.480
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	80.306	79.163	FINAME		17.654	19.831
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 9.a)	5.102.585	5.092.155	Outras Instituições		236.842	-
Setor Público		466.529	429.269	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	414.310	412.822
Setor Privado		4.636.056	4.662.886	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		20.772.068	16.421.804
OUTROS ATIVOS	(Nota 10.a)	17.313	576.640	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		16.785.725	12.464.933
Diversos		44.499	603.733	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 17.c)	2.690.454	2.660.982
Provisão p/Outros Créd. de Liquidação Duvidosa Sem Características de Concessão de Crédito	(Nota 9.d)	(27.186)	(27.093)	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Notas 17.a e 17.b)	1.295.889	1.295.889
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 9.d)	(207.701)	(412.878)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		28.801	-
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(207.701)	(412.878)	Diversas	(Nota 16.e)	28.801	-
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	(Nota 21.c)	3.312.034	3.381.973	RENDAS ANTECIPADAS	(Nota 18)	181.102	183.602
INVESTIMENTOS	(Nota 12.a)	1.411	1.412	PROVISÕES		5.228.372	5.503.191
Diversos		6.591	6.591	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(Nota 9.f.1)	2.015.599	2.020.139
Provisão para Perdas		(5.179)	(5.179)	Passivos Atuariais	(Nota 24.h)	3.212.773	3.483.052
IMOBILIZADO	(Nota 12.b)	603.084	606.164	OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	(Nota 21.d)	522.921	672.405
Imóveis de Uso		283.801	283.807	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	6.534.872	6.171.975
Outras Imobilizações de Uso		319.283	322.357	CAPITAL		6.293.460	5.569.988
INTANGÍVEL	(Nota 12.c)	721	721	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		13.364	13.671
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(Nota 12.b)	(365.540)	(373.481)	RESERVAS DE LUCROS		1.035.243	1.668.959
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(Notas 7.a.1 e 7.a.3)	(308.199)	(308.126)	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(1.094.166)	(1.080.643)
				LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		286.971	-
TOTAL DO ATIVO		61.804.561	61.817.640	TOTAL DO PASSIVO		61.804.561	61.817.640

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.			
Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais			
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO			
Trimestres findos em 31.03.2021 e 31.03.2020			
(Valores em R\$ Mil)			
		31.03.2021	31.03.2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.107.064	1.314.607
Operações de Crédito	(Nota 9.a.2)	669.041	624.656
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	310.389	421.108
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	21.130	-
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	102.063	263.476
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	4.441	5.367
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(474.790)	(878.985)
Operações de Captação no Mercado	(Nota 13.d)	(109.962)	(133.370)
Operações de Empréstimos e Repasses	(Nota 14.e)	(294.198)	(657.532)
Provisão para Risco de Crédito	(Nota 9.e)	(70.630)	(88.083)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		632.274	435.622
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.285.728	1.360.795
Receitas de Prestação de Serviços	(Nota 20.a)	678.180	635.771
Rendas de Tarifas Bancárias	(Nota 20.b)	27.472	24.519
FNE-Del Credere	(Nota 20.f)	552.657	445.063
Outras Receitas Operacionais	(Nota 20.g)	27.419	255.442
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(1.241.629)	(1.298.139)
Despesa de Pessoal	(Nota 20.c)	(554.213)	(529.019)
Outras Despesas Administrativas	(Nota 20.d)	(353.414)	(340.309)
Despesas Tributárias	(Nota 20.e)	(99.830)	(92.149)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(Nota 20.h)	(145.567)	(184.899)
Provisão para Contingências Passivas	(Nota 20.i)	(20.381)	(61.351)
Outras Despesas Operacionais	(Nota 20.j)	(68.224)	(90.412)
RESULTADO OPERACIONAL		676.373	498.278
RESULTADO NAO OPERACIONAL		2.367	2.439
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		678.740	500.717
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(279.443)	(153.530)
Provisão para Imposto de Renda		(193.729)	(136.466)
Provisão para Contribuição Social		(156.636)	(94.032)
Ativo Fiscal Diferido		70.922	76.968
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(22.877)	(19.534)
LUCRO LÍQUIDO		376.420	327.653
Nº Ações (em mil)		86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$)		4,35818	3,79355

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.		
Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais		
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Trimestres findos em 31.03.2021 e 31.03.2020		
(Valores em R\$ Mil)		
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Lucro Líquido	376.420	327.653
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(13.216)	(59.859)
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado	(197.062)	(306.911)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(358.853)	(559.851)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	161.484	252.926
Realização da Reserva de Reavaliação	318	25
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(11)	(11)
Itens que não poderão ser reclassificados para o Resultado	183.846	247.052
Ganhos ou Perdas Atuariais	334.266	449.185
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(150.420)	(202.133)
RESULTADO ABRANGENTE	363.204	267.794

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Trimestres findos em 31.03.2021 e 31.03.2020 (Valores em R\$ Mil)		
	31.03.2021	31.03.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Antes dos Tributos e Participações	678.740	500.717
Ajustes ao Lucro Antes dos Tributos e Participações:		
Despesas de Depreciação e Amortização	3.263	3.129
Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(1)	-
Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	69.565	83.625
Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco	1.065	4.458
Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	143.602	182.875
Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	31	(12)
Provisão Líquida para Contingências	16.431	31.683
Provisão Líquida para Outras Contingências	3.936	29.614
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	126.385	88.933
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	28.801	29.167
Reversão de Provisão de juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(77)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	1.990	3.213
Provisão líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH	(26)	(25)
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-	2.429
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	4.506	9.413
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	2.182	(3.988)
Atualização Monetária de Dividendos e JCP	1.170	1.685
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	73	50.139
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações	1.081.713	1.016.978
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.096)	(311.728)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	107.093	(3.345)
Operações de Crédito	(443.584)	151.448
Outros Créditos	66.302	6.642
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(17.043)	(60.750)
Outros Ativos	277.125	(30.790)
Ativos Fiscais Diferidos	140.860	206.628
Outros Valores e Bens	5.809	702
Depósitos	(926.807)	26.695
Captações no Mercado Aberto	(1.676.019)	134.884
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.505	(34.606)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	154.778	297.039
Instrumentos Financeiros Derivativos	(12.561)	-
Outras Obrigações	(547.266)	(770.771)
Provisões	(233.890)	(248.773)
Rendas Antecipadas	(2.500)	-
Outros Instrumentos Financeiros	2.782.432	565.376
Obrigações Fiscais Diferidas	(149.484)	51.284
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(488.391)	(257.514)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	119.976	739.399
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Inversões em Imobilizado de Uso	(9.317)	(8.990)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(349)	(158)
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso	1.193	(1.024)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	5	262
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	42.727	(677.149)
CAIXA GERADO/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	34.259	(687.059)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dívida Subordinada Elegíveis a Capital	29.471	37.773
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	(1)	-
Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-	(250.000)
CAIXA GERADO/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	29.470	(212.227)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	183.705	(159.887)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Período	3.346.193	3.444.451
No Fim do Período	3.529.898	3.284.564
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	183.705	(159.887)

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.									
Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
31 DE MARÇO DE 2021									
(Valores em R\$)									
EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2020	5.569.988	13.671	445.486	564.388	659.085	-	-1.080.643	-	6.171.975
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)							-197.369		-197.369
Ganhos ou Perdas Atuariais.(Líquidos dos Efeitos Tributários)							183.846		183.846
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas Estatutárias	723.472			-484.372	-239.100				
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)		-307						307	-
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE								376.420	376.420
DESTINAÇÃO								-89.756	
SALDOS EM 31.03.21	6.293.460	13.364	445.486	80.016	419.985	89.756	-1.094.166	286.971	6.534.872
MUTAÇÕES DO PERÍODO	723.472	-307	-	-484.372	-239.100	89.756	-13.523	286.971	362.897

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
31 DE MARÇO DE 2020									
(Valores em R\$)									
EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES				
SALDOS EM 31.12.2019	3.813.000	13.726	394.525	1.494.389	762.600	(1.050.835)	-	5.427.405	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)						(306.925)		(306.925)	
Ganhos ou Perdas Atuariais.(Líquidos dos Efeitos Tributários)						247.052		247.052	
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas Estatutárias	1.756.988			(1.472.588)	(284.400)			-	
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)		(14)					14	-	
OUTROS (Transferência para Pagamento de Dividendos Complementar 2019)				(69)			69	-	
Provisão para Dividendos Complementares-Exercício 2019							(69)	(69)	
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE							327.653	327.653	
DESTINAÇÃO									
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)							(78.067)	(78.067)	
SALDOS EM 31.03.2020	5.569.988	13.712	394.525	21.732	478.200	(1.110.708)	249.600	5.617.049	
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.756.988	(14)	-	(1.472.657)	(284.400)	(59.873)	249.600	189.644	

Notas Explicativas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.				
Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais				
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
Trimestres findos em 31.03.2021 e 31.03.2020				
(Valores em R\$ Mil)				
	01.01 a	%	01.01 a	%
	31.03.2021		31.03.2020	
RECEITAS	2.090.357		2.253.095	
Intermediação Financeira	1.107.064		1.314.607	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	705.652		660.290	
Provisão para Risco de Crédito	(70.630)		(88.083)	
Outras Receitas/Despesas	348.271		366.281	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(404.160)		(790.902)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(340.306)		(326.735)	
Materiais, Energia e Outros	(24.613)		(22.016)	
Serviços de Terceiros	(204.854)		(195.392)	
Outras	(110.839)		(109.327)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(64.649)		(62.898)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(8.748)		(4.545)	
Transportes	(7.430)		(7.462)	
Segurança	(16.419)		(15.625)	
Viagens	(1.578)		(3.187)	
Outras	(12.015)		(15.610)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.345.891		1.135.458	
RETENÇÕES	(3.263)		(3.129)	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(3.263)		(3.129)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.342.628		1.132.329	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.342.628		1.132.329	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.342.628		1.132.329	
PESSOAL	507.373	37,79	477.658	42,18
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	313.560	23,35	318.282	28,11
Proventos	290.683		298.748	
Participação nos lucros	22.877		19.534	
BENEFÍCIOS	171.163	12,75	136.324	12,04
Provisões (Benefícios Pós-Emprego)	126.633		89.254	
Benefícios - Outros	44.530		47.070	
FGTS	22.650	1,69	23.052	2,04
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	448.990	33,4	316.573	28,0
Federais	438.174		306.405	
Estaduais	9		6	
Municipais	10.807		10.162	1,0
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	9.845	0,7	10.445	0,9
Aluguéis	9.845		10.445	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	376.420	28,0	327.653	28,9
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-		78.067	0,1
União	-		43.291	
Outros	-		34.776	
DIVIDENDOS	-		-	
União	-		-	
Outros	-		-	
LUCROS RETIDOS	376.420	21,4	249.586	22,0

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais	Nota 18 - Rendas Antecipadas
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19 - Patrimônio Líquido
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21 - Impostos e Contribuições
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 10 - Outros Ativos e Outros Valores e Bens	
Nota 11 - Carteira de Câmbio	Nota 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12 - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis	
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 29 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Nota 16 - Outras Obrigações	Nota 30 - Evento Subsequente
	Nota 31 - Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

A Resolução CMN n.º 4.818, editada em 29.05.2020, consolida os critérios gerais de elaboração e divulgação das DF's por Instituições Financeiras e revoga dispositivos das Resoluções CMN n.º 4.720, de 30.05.2019 e n.º 4.776, de 29.01.2020, que tratavam do assunto. A Resolução BCB n.º 02, de 12.08.2020 revogou a Circular Bacen n.º 3.959, de 04.09.2019, no entanto, manteve os procedimentos originalmente estabelecidos naquela Circular que alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DR) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução CMN n.º 4.144, de 27.09.2012);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN n.º 3.566, de 29.05.2008);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberações CVM n.ºs 640, de 07.10.2010, e 760, de 22.12.2016);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN n.º 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB n.º 2, de 12.08.2020);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN n.º 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN n.º 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB n.º 2, de 12.08.2020);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM n.º 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM n.º 564, de 17.12.2008);
- CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias (Deliberação CVM n.º 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM n.º 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN n.º 4.007, de 25.08.2011);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN n.º 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB n.º 2, de 12.08.2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM n.º 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN n.º 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM n.º 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN n.º 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN n.º 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB n.º 2, de 12.08.2020); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN n.º 4.748, de 29.08.2019).

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada exercício, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

d) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Investimentos, Imobilizado e Intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

Notas Explicativas

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103, de 12.11.2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os Ativos Fiscais Diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos Fiscais Diferidos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430) cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: apropriação da despesa de depreciação baseada na vida útil contábil, após a finalização da vida útil considerada para efeito fiscal.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Notas Explicativas

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

Notas Explicativas

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

p) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

q) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

s) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Em cumprimento ao que dispõe a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, quanto aos procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras observáveis pelas Instituições Financeiras, notadamente ao Capítulo II, Art. 34, inciso V, que expõe sobre as considerações do resultado não recorrente, considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os trimestres findos em 31.03.2021 e 31.03.2020.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

Especificação	01.01 a 31.03.2021			01.01 a 31.03.2020		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.134.916	554.591	1.689.507	1.319.224	698.327	2.017.551
Receitas de Operações de Crédito	669.041	-	669.041	624.656	-	624.656
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	310.389	-	310.389	169.867	251.241	421.108
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	21.130	-	21.130	-	-	-
Resultado de Operações de Câmbio	102.063	-	102.063	263.476	-	263.476
Resultado de Aplicações Compulsórias	4.441	-	4.441	5.367	-	5.367
Outras Receitas	27.852	554.591	582.443	255.858	447.086	702.944
Despesas	(371.298)	(249.028)	(620.326)	(617.315)	(446.569)	(1.063.884)
Despesas de Captação no Mercado	(109.962)	-	(109.962)	(133.370)	-	(133.370)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(190.706)	(103.492)	(294.198)	(395.862)	(261.670)	(657.532)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(70.630)	(145.536)	(216.166)	(88.083)	(184.899)	(272.982)
Margem Financeira	763.618	305.563	1.069.181	701.909	251.758	953.667
Rendas de Prestação de Serviços	162.762	515.418	678.180	155.108	480.663	635.771
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	27.472	-	27.472	24.519	-	24.519
Pasep e Cofins	(40.863)	(47.828)	(88.691)	(38.007)	(43.814)	(81.821)
Resultado após Tarifas e Comissões	912.989	773.153	1.686.142	843.529	688.607	1.532.136
Despesas Administrativas			(907.627)			(869.328)
Despesas de Pessoal			(554.213)			(529.019)
Depreciação e Amortização			(3.263)			(3.129)
Outras Despesas Administrativas			(350.151)			(337.180)
Outras Despesas			(79.408)			(100.756)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(20.367)			(61.335)
Lucro antes da Tributação e Participações			678.740			500.717
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(279.443)			(153.530)
Participações no Lucro			(22.877)			(19.534)
Lucro Líquido			376.420			327.653

Notas Explicativas

NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Disponibilidades em Caixa	146.771	151.123
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	3.043	3.922
Total das Disponibilidades	149.814	155.045
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.380.084	3.191.148
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	3.529.898	3.346.193

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	3.380.084	3.191.148
Revendas a Liquidar Posição Bancada	3.380.084	3.191.148
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.193.112	1.190.015
Aplicações em Moedas Estrangeiras	105.154	106.054
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.087.958	1.083.961
Total	4.573.196	4.381.163
Circulante	4.573.196	4.381.163

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾ (Nota 7.a.2)	38.311.035	38.548.015
Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.a.5)	284.603	287.793
Diferencial a Receber <i>Swap</i> (Nota 7.c)	2.082	-
Diferencial a Pagar <i>Swap</i> (Nota 7.c)	-	(10.479)
Total ⁽¹⁾	38.597.720	38.825.329
Circulante	12.018.096	4.468.978
Não Circulante	26.579.624	34.356.351

⁽¹⁾ Líquido das Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Notas Explicativas

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	31.03.2021									31.12.2020	
	Valor de Mercado				Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	13.325	4.310.075	7.610.837	25.734.823		37.621.120	37.669.060	47.940	Nível 1	37.897.582	402.662
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.310.075	7.509.272	21.415.720	2021 a 2025	33.319.442	33.235.067	(84.375)	Nível 1	33.184.111	(73.881)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.262.703	2050 a 2055	2.880.572	3.262.703	382.131	Nível 1	3.537.961	716.119
Letras Financeiras	-	-	101.541	979.439	2022 a 2023	1.102.927	1.080.980	(21.947)	Nível 3	1.068.350	(28.754)
Debêntures	13.325	-	-	74.518	2035	315.220	87.843	(227.377)	Nível 3	104.584	(210.307)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	2.411	2027	2.898	2.411	(487)	Nível 2	2.520	(510)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	24	32	2021 a 2022	61	56	(5)	Nível 2	56	(5)
Cotas de Fundos de Investimentos	510	-	-	-		2.063	510	(1.553)		504	(1.565)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.553	-	(1.553)	Nível 3	-	(1.565)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	464	-	-	-	Sem Vencimento	464	464	-	Nível 2	460	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	46	-	-	-	Sem Vencimento	46	46	-	Nível 2	44	-
Títulos de Renda Variável	48.253	-	-	-		23.241	48.253	25.012		52.200	28.959
Outros Incentivos Fiscais – Finor	241	-	-	-	Sem Vencimento	109	241	132	Nível 1	280	171
Ações de Companhias Abertas	48.012	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	48.012	24.880	Nível 1	51.920	28.788
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	4.722	588.490		594.020	593.212	(808)		597.729	(613)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	4.722	588.490	2022 a 2025	594.020	593.212	(808)	Nível 1	597.729	(613)
Total da Categoria	62.088	4.310.075	7.615.559	26.323.313		38.240.444	38.311.035	70.591		38.548.015	429.443
Crédito Tributário (Nota 21.c.h)								151.596			142.035
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d.e)								(183.361)			(335.285)
Total do Ajuste a Valor de Mercado								38.826			236.193

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 552.172 (R\$ 549.618 em 31.12.2020); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.365 (R\$ 3.349 em 31.12.2020); Garantias em Processos Judiciais R\$ 7.315 (R\$ 14.633 em 31.12.2020); e Demais Garantias R\$ 30.360 (R\$ 30.129 em 31.12.2020).

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado em “Outros Resultados Abrangentes”, o saldo de “Ajuste a Mercado”, de R\$ 70.591 (R\$ 429.443 em 31.12.2020). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 38.826 (R\$ 218.851 em 31.12.2020).

Notas Explicativas

a.3) Perdas Permanentes com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda

Especificação	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos ⁽¹⁾	Custo Líquido de Provisão	
			31.03.2021	31.12.2020
Debêntures	719.752	(404.532)	315.220	314.891
Títulos Públicos Federais Outros	39.825	(39.825)	-	-
Total 31.03.2021	759.577	(444.357)	315.220	314.891
Circulante		(136.158)		
Não Circulante		(308.199)		
Total 31.12.2020	759.175	(444.284)	315.220	314.891
Circulante		(404.459)		
Não Circulante		(39.825)		

⁽¹⁾ Consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, no 1º trimestre foi reconhecido, como perda de caráter permanente, o valor de R\$ 73, da carteira de Debêntures (No exercício de 2020: R\$ 312.047, sendo: (a) R\$ 39.825 da rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros"; e (b) R\$ 272.222 da carteira de Debêntures).

a.4) Movimentação dos Títulos mensurados a Valor Justo (Nível 3)

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2020	1.068.350	104.584
Rendas	5.822	727
Desvalorização do Período	-	(325)
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	-	(73)
Ajustes a Mercado ⁽²⁾	6.808	(17.070)
Saldo em 31.03.2021	1.080.980	87.843

⁽¹⁾ Reconhecidas no resultado;

⁽²⁾ Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

Notas Explicativas

a.5) Títulos mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.03.2021				31.12.2020		
	Valor de Custo		Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	256.311		284.603	238.346	287.793	272.847
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	202.138	2030	202.138	155.882	199.215	184.269
FIP Criatec	18.493	-	2021	18.493	18.493	18.493	18.493
FIP Criatec II	-	4.805	2023	4.805	4.805	16.998	16.998
FIP Criatec III	-	8.837	2026	8.837	8.837	7.000	7.000
FIP Brasil Agronegócios	9.799	-	2022	9.799	9.799	9.997	9.997
Nordeste III FIP	-	33.624	2023	33.624	33.624	30.507	30.507
FIP Anjo	-	1.054	2029	1.054	1.054	644	644
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	5.853	2030	5.853	5.852	4.939	4.939
Total da Categoria	28.292	256.311		284.603	238.346	287.793	272.847

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.5.i) No 1º trimestre, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

a.5.ii) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Aplicações no Mercado Aberto	21.210	31.258
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.997	3.893
Títulos de Renda Fixa	283.143	385.757
Títulos de Renda Variável	2.039	200
Total	310.389	421.108

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Composição em 31.03.2021						
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado Negativo
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (Dólar)	111.634	2.082	-	3.804	-	1.722
Posição Passiva						
Taxa (CDI)	-	-	-	-	-	-
Total	111.634	2.082	-	3.804	-	1.722

Composição em 31.12.2020						
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado Negativo
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (Dólar)	236.606	-	10.479	-	10.137	342
Posição Passiva						
Taxa (CDI)	-	-	-	-	-	-
Total	236.606	-	10.479	-	10.137	342

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	2.082	2.182
3 a 12 meses	-	8.297
Total	2.082	10.479

c.1) IFD utilizados para administrar exposição a risco

Especificação	31.03.2021				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	116.384	112.579	114.662	112.579	(1.722)

Especificação	31.12.2020				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	227.207	237.344	226.865	237.344	(342)

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Swap	(21.130)	-
Total	(21.130)	-

Notas Explicativas**NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados****a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.03.2021			31.12.2020		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	724.970	-	724.970	819.374	-	819.374
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	48.399	-	48.399	27.037	-	27.037
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	88.808	(8.502)	80.306	87.639	(8.476)	79.163
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo	19.660	-	19.660	60.621	-	60.621
Total	881.837	(8.502)	873.335	994.671	(8.476)	986.195
Circulante	793.029	-	793.029	907.032	-	907.032
Não Circulante	88.808	(8.502)	80.306	87.639	(8.476)	79.163

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.299	4.287
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.168	1.105
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(26)	(25)
Total	4.441	5.367

Notas Explicativas

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	12.717.078	(648.241)	12.343.059	(666.242)
Circulante	7.614.493	(440.540)	7.250.904	(253.364)
Não Circulante	5.102.585	(207.701)	5.092.155	(412.878)
Outras Rubricas com Características de Crédito	820.549	(95.700)	837.922	(94.745)
Circulante	802.799	(95.700)	819.537	(94.745)
Não Circulante	17.750	-	18.385	-
Total	13.537.627	(743.941)	13.180.981	(760.987)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Adiantamentos a Depositantes	720	534
Empréstimos	6.989.665	6.729.813
Títulos Descontados	3.139	3.195
Financiamentos	1.790.632	1.828.230
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	9.548	7.630
Financiamentos Agroindustriais	5.081	3.099
Financiamentos Rurais	2.062.997	1.890.700
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.855.296	1.879.858
Subtotal de Operações de Crédito	12.717.078	12.343.059
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	25.118	14.913
Devedores por Compra de Valores e Bens	19.133	17.403
Títulos e Créditos a Receber	37.072	43.443
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾	739.226	762.163
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	820.549	837.922
Total	13.537.627	13.180.981

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Empréstimos e Títulos Descontados	397.156	325.953
Financiamentos	145.766	212.008
Financiamentos Agroindustriais	297	247
Financiamentos Rurais	105.489	43.188
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	20.333	43.260
Total	669.041	624.656

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2021	Total em 31.12.2020
Rural	29.393	10.125	134.981	384.424	519.794	959.374	2.038.091	1.823.990
Indústria	30.066	65.583	314.478	370.676	185.829	1.530.339	2.496.971	2.427.477
Governo	5.400	51	50	37.480	101	466.529	509.611	498.576
Outros Serviços	160.951	100.359	100.283	251.412	286.492	1.370.510	2.270.007	2.343.210
Comércio	965.707	812.936	717.965	1.470.399	1.032.764	691.917	5.691.688	5.684.654
Intermediários Financeiros	2	2	3	3	2	2	14	15.591
Pessoas Físicas	15.931	7.810	5.188	9.359	7.579	9.594	55.461	60.564
Total 31.03.2021	1.207.450	996.866	1.272.948	2.523.753	2.032.561	5.028.265	13.061.843	-
Total 31.12.2020	1.033.677	972.324	933.946	2.431.545	2.474.953	5.007.617	-	12.854.062

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

Notas Explicativas

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2021	Total em 31.12.2020
Rural	56	52	123	323	61	3.534	4.149	42.265
Indústria	1.600	1.397	1.340	3.291	5.194	23.983	36.805	28.501
Governo	11	12	12	36	75	208	354	-
Outros Serviços	7.400	5.605	4.990	11.741	15.980	22.484	68.200	61.469
Comércio	33.057	23.369	19.789	37.986	35.484	24.936	174.621	69.377
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	478	16.100	16.578	-
Pessoas Físicas	119	107	97	282	440	825	1.870	1.606
Total 31.03.2021	42.243	30.542	26.351	53.659	57.712	92.070	302.577	-
Total 31.12.2020	18.154	14.250	11.736	28.131	28.024	102.923	-	203.218

Parcelas Vincendas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 31.03.2021	Total em 31.12.2020
Rural	56	445	99	996	1.452	667	22.244	25.959	27.662
Indústria	948	1.132	1.659	1.063	1.982	580	4	7.368	6.680
Governo	5	-	15	15	-	-	-	35	-
Outros Serviços	5.466	4.648	5.396	3.168	4.338	1.552	3	24.571	16.732
Comércio	30.296	21.144	22.099	13.374	18.092	6.387	9	111.401	68.879
Intermediários Financeiros	266	-	2	-	-	-	-	268	-
Pessoas Físicas	20	571	455	388	868	1.283	20	3.605	3.748
Total 31.03.2021	37.057	27.940	29.725	19.004	26.732	10.469	22.280	173.207	-
Total 31.12.2020	22.239	14.487	14.645	10.326	22.818	15.580	23.606	-	123.701

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2021					
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Provisão Normal	Provisão Prudencial ⁽²⁾	Total da Provisão
AA	3.730.036	-	3.730.036	-	(23.957)	(23.957)
A	7.052.874	-	7.052.874	(35.264)	(109.377)	(144.641)
B	1.009.840	106.699	1.116.539	(11.165)	(9.040)	(20.205)
C	660.204	88.695	748.899	(22.466)	(2.395)	(24.861)
D	174.462	72.331	246.793	(24.679)	(1.572)	(26.251)
E	21.245	40.554	61.799	(18.540)	(967)	(19.507)
F	137.464	30.794	168.258	(84.130)	(1.834)	(85.964)
G	15.947	32.672	48.619	(34.033)	(712)	(34.745)
H	259.751	104.059	363.810	(363.810)	-	(363.810)
Total	13.061.823	475.804	13.537.627	(594.087)	(149.854)	(743.941)
Nível de Risco	31.12.2020					
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Provisão Normal	Provisão Prudencial ⁽²⁾	Total da Provisão
AA	3.468.555	-	3.468.555	-	(23.763)	(23.763)
A	6.966.471	-	6.966.471	(34.833)	(110.371)	(145.204)
B	1.197.457	42.910	1.240.367	(12.404)	(7.348)	(19.752)
C	616.927	39.893	656.820	(19.705)	(1.406)	(21.111)
D	168.597	27.942	196.539	(19.654)	(929)	(20.583)
E	31.055	24.317	55.372	(16.612)	(850)	(17.462)
F	135.086	12.890	147.976	(73.988)	(1.541)	(75.529)
G	27.783	11.595	39.378	(27.564)	(516)	(28.080)
H	242.131	167.372	409.503	(409.503)	-	(409.503)
Total	12.854.062	326.919	13.180.981	(614.263)	(146.724)	(760.987)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

Notas Explicativas

d) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	760.987	693.930
(+) Constituição de Provisão conforme Resolução CMN nº 2.682	67.407	277.331
(+) Constituição de Provisão Prudencial	3.130	146.724
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(87.583)	(356.998)
(=) Provisão Líquida para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	743.941	760.987
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.093	27.354
(+) Constituição de Provisão	93	187
(-) Reversão de Provisão	-	(448)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.b)	27.186	27.093
(=) Saldo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	771.127	788.080

O Banco vem adotando uma série de medidas fundamentais para diminuir os eventuais impactos na carteira de crédito, tais como a prorrogação e a repactuação de prazos, a ampliação de carências para operações de empréstimos e financiamentos, inclusive para o microcrédito. Mesmo com a adoção dessas medidas, é de se esperar um aumento no risco de crédito da carteira do Banco, para o que tem sido constituída provisão prudencial.

Referida provisão prudencial baseia-se em modelo desenvolvido internamente e aprovado pela Diretoria Executiva, que considera, dentre outras condições, histórico de inadimplência, estudos por setores de atividade econômica desenvolvidos pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), vinculado ao Banco, e as atividades econômicas registradas na Portaria do Ministério da Economia nº 20.809, assim como expectativas futuras através da avaliação do cenário econômico atual e prospectivo.

As conclusões do estudo indicaram a construção de premissas, dentre elas a aplicação de estimativas de adicional de Provisão como *proxy* de taxa média de inadimplência projetada para toda a carteira de crédito exposta a risco, mediante uso de metodologia e tratamento estatísticos apropriados. A expectativa de provisão adicional verificada por meio desses cenários está segmentada em percentuais de provisão adicional, por atividade econômica, conforme seção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para aplicação nas operações de crédito desta Instituição.

No 1º trimestre de 2021, o saldo da provisão prudencial registra R\$ 504.805 (R\$ 509.914 em 31.12.2020), que consiste em reserva para as incertezas da economia. Desse montante adicional, R\$ 149.854 (R\$ 146.724 em 31.12.2020) se referem a operações do próprio Banco (Nota 9.c) e R\$ 354.951 (R\$ 363.190 em 31.12.2020) a operações de Fundos sobre as quais o Banco detém risco, sendo R\$ 353.808 (R\$ 362.061 em 31.12.2020) do FNE (Nota 26.d) e R\$ 1.143 (R\$ 1.129 em 31.12.2020) do FDNE (Nota 9.f).

Notas Explicativas

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
(+) Despesas de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	69.565	83.624
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	972	4.365
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	70.537	87.989
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	93	94
(=) Despesa Líquida de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito ⁽¹⁾	70.630	88.083

⁽¹⁾ Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

f) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2021		31.12.2020	
	Saldo	Provisão ⁽¹⁾	Saldo	Provisão ⁽¹⁾
Setor Público	36.244.713	(3.001.114)	36.148.244	(2.974.937)
FDNE	127.738	(2.420)	126.106	(2.389)
FNE	36.116.913	(2.998.694)	36.022.026	(2.972.548)
Proagro	62	-	112	-

⁽¹⁾ Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

f.1) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Saldo Inicial da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.974.937	2.748.825
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão	362.846	2.148.637
(-) Reversão/Utilização/Baixa	(336.669)	(1.922.525)
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	3.001.114	2.974.937
Circulante	985.515	954.798
Não Circulante	2.015.599	2.020.139

⁽¹⁾ Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

f.2) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
(+) Constituição das Despesas de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	187.383	242.375
(-) Reversões de Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	(43.750)	(59.512)
(=) Despesa Líquida de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	143.633	182.863

⁽¹⁾ Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito conforme Nota 9.d.

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2021		31.12.2020	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.985.893	14,67	1.968.710	14,94
50 maiores devedores	3.960.111	29,25	3.916.516	29,71
100 maiores devedores	4.776.444	35,28	4.765.937	36,16

h) No 1º trimestre de 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 20.333 (R\$ 43.260 em 31.03.2020). As renegociações do trimestre foram impactadas pelas medidas adotadas para mitigar os efeitos econômicos da pandemia Covid-19 da ordem de R\$ 3.039.914, conforme quadro abaixo:

Tipo de Regularização	Quantidade	Valor Renegociado
Resolução CMN 4.782 e 4798/20 – Renegociação Automática	31	46.778
Renegociação Covid19 Complementar	1.297	1.060.336
Renegociação Digital Covid19 Complementar	2.883	450.984
Res. CMN 4.782/2020	57	7.829
Res. CMN 4.798/2020	1.390	1.415.096
Revitalizações Crediamigo	28.190	58.891
Total	33.848	3.039.914

Notas Explicativas

NOTA 10 - Outros Ativos e Outros Valores e Bens

a) Outros Ativos

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
a) Diversos	1.116.270	1.393.301
Devedores por Depósitos em Garantia	576.134	558.896
Impostos e Contribuições a Compensar	209.808	538.782
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	37.072	43.443
Adiantamentos e Antecipações Salariais	39.829	1.776
Pagamentos a Ressarcir	1.585	1.384
Valores a Receber Bônus Rebate	50.528	52.144
Devedores Diversos no País	112.155	118.493
Outros Valores	62.411	51.635
b) Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.186)	(27.093)
Total	1.089.084	1.366.208
Circulante	1.071.771	789.568
Não Circulante	17.313	576.640

b) Outros Valores e Bens

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
a) Outros Valores e Bens	11.039	10.855
Material em Estoque	718	878
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios	374	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	9.947	9.977
b) Provisões para Desvalorizações	(471)	(472)
c) Despesas Antecipadas	26.541	32.191
Total	37.109	42.574
Circulante	37.109	42.574

NOTA 11 - Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Ativo – Outros Créditos	875.239	822.414
Câmbio Comprado a Liquidar	849.185	805.077
Direitos sobre Vendas de Câmbio	1.170	2.424
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(234)	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	25.118	14.913
Ativo Circulante	875.239	822.414
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	1.838	3.695
Obrigações por Compras de Câmbio	739.905	763.438
Câmbio Vendido a Liquidar	1.158	2.419
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(739.226)	(762.163)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	1.838	3.695

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Rendas de Câmbio	102.336	263.722
Despesas de Câmbio	(273)	(246)
Total	102.063	263.476

Notas Explicativas

NOTA 12 - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis

a) Investimentos

Representados por aplicações em Ações e Cotas e Bens Artísticos e Valiosos. Saldo em 31.03.2021: R\$ 1.411 (R\$ 1.412 em 31.12.2020).

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2020	01.01.2021 a 31.03.2021			31.03.2021		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	84.014	368	-	(434)	267.206	(183.258)	83.948
Sistema de Processamento de Dados	83.659	8.424	(289)	(2.024)	187.597	(97.827)	89.770
Móveis e Equipamentos de Uso	24.028	335	(282)	(688)	80.343	(56.950)	23.393
Terrenos	16.969	-	(374)	-	16.595	-	16.595
Instalações	5.529	112	(200)	(26)	18.498	(13.083)	5.415
Sistema de Comunicação	89	53	(2)	(3)	333	(196)	137
Sistema de Segurança	18.375	25	(46)	(88)	18.161	105	18.266
Sistema de Transporte	20	-	-	-	14.351	(14.331)	20
Total	232.683	9.317	(1.193)	(3.263)	603.084	(365.540)	237.544

c) Intangível

Representado por gastos em Intangíveis em Uso. Saldo em 31.03.2021: R\$ 721 (R\$ 721 em 31.12.2020).

Notas Explicativas**NOTA 13 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas****a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2021	Total em 31.12.2020
Depósitos à Vista	681.972	-	-	-	-	-	681.972	853.237
Depósitos de Poupança	3.594.477	-	-	-	-	-	3.594.477	4.050.698
Depósitos Interfinanceiros	2.000.697	162.775	-	-	-	-	2.163.472	1.996.112
Depósitos a Prazo	527.103	586.316	4.510.983	1.279.092	423.100	230.350	7.556.944	8.021.636
Depósitos a Prazo	110.173	561.611	2.587.413	1.208.201	352.209	230.350	5.049.957	5.573.275
Depósitos Judiciais com Remuneração	372.647	-	-	-	-	-	372.647	352.525
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.920.757	70.891	70.891	-	2.062.539	2.024.948
FAT Recursos Disponíveis	16	47	16	-	-	-	79	9
FAT Recursos Aplicados	2.848	8.390	2.797	-	-	-	14.035	14.828
Outros	41.419	16.268	-	-	-	-	57.687	56.051
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 15)	-	5.684	-	-	-	-	5.684	1.178
Letras Financeiras – encargos	-	5.684	-	-	-	-	5.684	1.178
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17.a)	-	-	-	-	-	1.295.889	1.295.889	1.295.889
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	2.690.454	2.690.454	2.660.982
Total em 31.03.2021	6.804.249	754.775	4.510.983	1.279.092	423.100	4.216.693	17.988.892	-
Total em 31.12.2020	6.935.623	1.370.995	4.500.272	1.453.332	465.075	4.154.435	-	18.879.732

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos à Vista	681.972	853.237
Depósitos de Governos	6.271	6.635
Depósitos Vinculados	206.522	263.302
Pessoas Jurídicas	373.337	477.880
Pessoas Físicas	91.014	100.136
Outros Valores	4.828	5.284
Depósitos de Poupança	3.594.477	4.050.698
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	2.317.114	2.376.678
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	1.275.882	1.672.434
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.479	1.584
Outros Depósitos	2	2
Depósitos Interfinanceiros	2.163.472	1.996.112
Depósitos a Prazo	7.556.944	8.021.636
Depósitos a Prazo	5.049.957	5.573.275
Depósitos Judiciais com Remuneração	372.647	352.525
Outros Depósitos a Prazo	2.134.340	2.095.836
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 26 e 28.a.1)	14.114	14.837
Recursos Disponíveis (Nota 26)	79	9
Protrabalho	79	9
Recursos Aplicados (Nota 26)	14.035	14.828
Protrabalho	14.035	14.828
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	2.062.539	2.024.948
Outros Valores	57.687	56.051
Total	13.996.865	14.921.683
Circulante	7.553.340	8.305.440
Não Circulante	6.443.525	6.616.243

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Carteira Própria	7.052.398	8.728.417
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.052.398	8.728.417
Total	7.052.398	8.728.417
Circulante	7.004.776	8.681.024
Não Circulante	47.622	47.393

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Despesas de Captações	(61.409)	(107.855)
Depósitos a Prazo	(25.157)	(57.677)
Depósitos de Poupança	(13.784)	(17.679)
Depósitos Judiciais	(1.990)	(3.213)
Depósitos Interfinanceiros	(7.661)	(7.570)
Depósitos Especiais	(9.615)	(18.884)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-	(139)
Outros Depósitos	(3.202)	(2.693)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(48.553)	(25.515)
Carteira Própria	(44.047)	(16.103)
Letras Financeiras	(4.506)	(9.412)
Total	(109.962)	(133.370)

Notas Explicativas

NOTA 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2021	Total em 31.12.2020
Empréstimos no Exterior	231.189	719.217	-	-	-	-	950.406	904.882
Repasses do País	25.739	107.882	391.067	392.965	473.052	38.341	1.429.046	1.213.953
Repasses do Exterior	114.477	76.652	152.270	149.737	112.303	-	605.439	711.279
Total em 31.03.2021	371.405	903.751	543.337	542.702	585.355	38.341	2.984.891	-
Total em 31.12.2020	337.618	1.007.867	525.838	421.935	504.286	32.570	-	2.830.114
Circulante							1.275.156	1.345.485
Não Circulante							1.709.735	1.484.629

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	651	614
BNDES	Pré 1,5 a 9,85	1.146.955	1.174.358
Programa de Operações Conjuntas (POC)	TLP + 1,30	722.195	722.251
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP + 1,00 a 1,80 IPCA + 9,41 IGPM 5,00 a 6,40 Variação Cambial + 1,80	424.760	452.107
Finame	Pré 1,5 a 7,00	31.284	38.981
Programa Automático	IGPM 5,00 a 6,40	11.039	13.987
Programa Agrícola		20.245	24.994
Fungetur	Selic	250.156	-
Total (Nota 28.a.1)		1.429.046	1.213.953
Circulante		133.621	142.146
Não Circulante		1.295.425	1.071.807

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	950.406	904.882
Total		950.406	904.882
Circulante		950.406	904.882

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2021	31.12.2020
BID – Prodetur II	USD + 1,29	486.732	479.439
BID – Outros Programas	USD + 1,29	4.230	4.642
Corporação Andina de Fomento – CAF	USD + 1,00	114.477	227.198
Total		605.439	711.279
Circulante		191.129	298.457
Não Circulante		414.310	412.822

Notas Explicativas

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2021	01.01. a 31.03.2020
Despesas de Obrigações por Repasses	(122.245)	(163.754)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(53.481)	(35.707)
Tesouro Nacional	(36)	(8)
BNDES	(51.910)	(34.769)
Finame	(1.535)	(930)
Despesas de Repasses do Exterior	(68.764)	(128.047)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(88.591)	(250.932)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(83.206)	(242.846)
Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras	(156)	-
Total	(294.198)	(657.532)

NOTA 15 - Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	31.03.2021	31.12.2020
Letras Financeiras – encargos contratuais	117% da Selic	795.889	5.684	1.178
Total			5.684	1.178
Circulante			5.684	1.178

NOTA 16 - Outras Obrigações

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	53.787	675
Recursos do Proagro	193	57
Recebimentos de Tributos Federais	51.687	-
IOF a Recolher	475	182
Outros Tributos e Assemelhados	1.432	436
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.838	3.695
c) Sociais e Estatutárias	329.733	306.856
Remuneração do Capital a Pagar	242.605	242.606
Participações nos Lucros	87.128	64.250
d) Fiscais Previdenciárias	451.257	939.336
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	358.560	831.724
Imposto de Renda	196.918	460.330
Contribuição Social	161.642	371.394
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	92.697	107.612
e) Diversas	612.694	566.242
Provisão para Pagamentos a Efetuar	442.791	400.160
Despesa de Pessoal	221.096	212.030
Outros Valores	110.326	105.562
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	111.369	82.568
Outros Valores	169.903	166.082
Total	1.449.309	1.816.804
Circulante	1.449.309	1.816.804

NOTA 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 27.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Notas Explicativas

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2021	31.12.2020
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	500.000	500.000
Não Circulante				500.000	500.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2021	31.12.2020 ⁽²⁾
Letras Financeiras ⁽¹⁾	801.040	117% da Selic	06.2019	795.889	795.889
Não Circulante				795.889	795.889

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente

⁽²⁾ Em 2020 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.690.454	2.660.982
Recursos disponíveis	1.924.048	1.855.825
Recursos aplicados	766.406	805.157
Total (Nota 28.a.1)	2.690.454	2.660.982

NOTA 18 – Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco. A Receita será diferida por um período de 20 anos, que corresponde ao prazo do contrato, sendo mensalmente apropriado à conta de resultado o valor correspondente a 1/240 avos.

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ⁽¹⁾	(8.898)	(6.398)
(=) Saldo Final a Apropriar	191.102	193.602
Circulante	10.000	10.000
Não Circulante	181.102	183.602

⁽¹⁾ A apropriação do primeiro mês (maio/2020) corresponde a 21/31 do valor mensal, em face da data do ingresso do recurso.

Notas Explicativas

NOTA 19 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 6.293.460 (R\$ 5.569.988 em 31.12.2020), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	47.896.415	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.206.000	7,19
Outros	2.063.481	2,39	2.063.481	2,39
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 723.472, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 484.372 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 239.100, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 5.569.988 para R\$ 6.293.460, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi submetido à homologação do Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.364 (R\$ 13.671 em 31.12.2020) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No 1º trimestre, houve transferência de R\$ 307 (R\$ 55 em 31.12.2020) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Notas Explicativas

NOTA 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2021	01.01. a 31.03.2020
a) Receitas de Prestação de Serviços	678.180	635.771
Administração de Fundos de Investimentos	14.194	15.896
Administração de Fundos e Programas	521.744	486.618
Prestação de Serviços	142.242	133.257
b) Rendas de Tarifas Bancárias	27.472	24.519
c) Despesas de Pessoal	(554.213)	(529.019)
Proventos	(287.726)	(295.287)
Encargos Sociais	(101.399)	(103.870)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(37.325)	(33.916)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(82.187)	(48.454)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(7.121)	(6.884)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(38.455)	(40.608)
d) Outras Despesas Administrativas	(353.414)	(340.309)
Processamento de Dados	(59.779)	(58.497)
Propaganda e Publicidade	(6.903)	(1.255)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(178.900)	(174.987)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.944)	(20.095)
Viagens	(1.578)	(3.187)
Comunicações	(4.870)	(4.401)
Depreciação e Amortização	(3.263)	(3.129)
Manutenção e Conservação de Bens	(12.514)	(12.366)
Vigilância, Segurança e Transporte	(23.849)	(23.087)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(1.845)	(3.290)
Serviços do Sistema Financeiro	(15.156)	(11.753)
Serviços Técnicos Especializados	(10.798)	(8.652)
Seguros	(1.818)	(1.804)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(5.175)	(8.829)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.116)	(982)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.640)	(1.702)
Outros Valores	(2.266)	(2.293)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(99.830)	(92.149)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(88.754)	(81.821)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(10.197)	(9.525)
Outros Valores	(879)	(803)
f) FNE Del Credere	552.657	445.063
g) Outras Receitas Operacionais	27.419	255.442
Del Credere de Fundos Administrados	2.046	2.121
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	95	4
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1.934	2.024
Recuperação de Encargos e Despesas	1.613	1.266
Reversão de Provisões Operacionais	1.033	2.875
Juros e Comissões	-	1.060
Correção Monetária	695	897
Variação Cambial	-	164
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	11.835	36.837
Outros Valores	8.168	208.194
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(145.567)	(184.899)
i) Provisão para Contingências Passivas	(20.381)	(61.351)
j) Outras Despesas Operacionais	(68.224)	(90.412)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(3.307)	(3.626)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	-	(4)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(11)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.304)	(8.680)
Encargos de Operações de Crédito	(1.156)	(4.491)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(28.801)	(29.167)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(8.681)	(16.035)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(20.790)	(21.738)
Atualização Monetária do IECP	-	(2.429)
Outros Valores	(2.185)	(4.231)
Total	44.099	62.656

⁽¹⁾ Contém despesas do 1º trimestre de 2021, no valor de R\$ 151.392 (R\$ 148.001 em 31.03.2020), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

Notas Explicativas

NOTA 21 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	678.740	500.717	678.740	500.717
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(22.877)	(19.533)	(22.877)	(19.533)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	655.863	481.184	655.863	481.184
Adições/Exclusões Permanentes	(1.331)	(88.072)	(1.915)	(88.180)
Adições/Exclusões Temporárias	137.162	134.761	137.162	134.761
Resultado Tributável	791.694	527.873	791.110	527.765
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(197.917)	(131.962)	(158.222)	(87.048)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.567	3.886	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	6	6	5	4
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(192.344)	(128.070)	(158.217)	(87.044)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(1.362)	(7.841)	(1.090)	(6.988)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(193.706)	(135.911)	(159.307)	(94.032)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	39.409	41.493	31.513	35.475
Total de IRPJ/CSLL	(154.297)	(94.418)	(127.794)	(58.557)
Alíquota Efetiva (%)	23,53	19,62	19,48	12,17
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	192.344	455.737	158.217	367.955
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	6	25	5	19
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro ⁽²⁾	192.350	455.762	158.222	367.974
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(49.595)	(258.113)	(30.902)	(155.019)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	142.755	197.649	127.320	212.955

⁽¹⁾ Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL incluem: Registro de despesa de R\$ 555, realizada em 2020, decorrentes de ajuste de incentivo fiscal de 2019; Registro de despesas de R\$ 37, realizada em 2021, decorrente de contabilização indevida de alimentação da diretoria; Redução de R\$ 2.685 da contabilização, realizada em 2021, referente a diferencial de alíquota de CSLL do período de 2020.

⁽²⁾ O saldo da provisão de IRPJ e CSLL inclui o valor de estorno de despesas de Pasep/Cofins e dos juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil, contabilizados em 2019 de R\$ 19.040, referentes aos exercícios de 2014 a 2018, cujo saldo remanescente, após pagamentos iniciais em 2020, está em R\$ 7.988 em 31.03.2021

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.03.2021	31.03.2020
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	678.740	500.717
II) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(305.433)	(225.323)
III) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	23.342	72.348
- PLR/JCP	10.295	43.921
- Outras Rendas / FNE/Del_Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	850	5.784
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	(25)	(27)
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	6.783	(107)
- Diferença de Alíquota - CSLL (de 15% p/20%)	123	22.553
- Incentivos Fiscais	5.579	3.896
- Adições Permanentes, Líquidas	(263)	(3.672)
IV) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(282.091)	(152.975)
V) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	70.922	76.968
VI) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(353.013)	(229.943)
VII) Despesas Tributárias (V + VI)	(282.091)	(152.975)
VIII) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	41,6%	32,4%

⁽¹⁾ No ano de 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme EC nº 105, de 13.11.2019.

Notas Explicativas

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021	31.12.2020
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	710.563	568.471	576.129	459.764	1.279.034	1.035.893
Constituição	90.041	72.037	430.619	334.245	162.078	764.864
Realização/Reversão	(68.900)	(55.140)	(296.185)	(225.538)	(124.040)	(521.723)
Saldo Final	731.704	585.368	710.563	568.471	1.317.072	1.279.034
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	1.385	1.108	2.115	1.661	2.493	3.776
Constituição	168	135	729	614	303	1.343
Realização/Reversão	(123)	(99)	(1.459)	(1.167)	(222)	(2.626)
Saldo Final	1.430	1.144	1.385	1.108	2.574	2.493
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	833	665	1.004	798	1.498	1.802
Constituição	4	3	21	18	7	39
Realização/Reversão	(31)	(24)	(192)	(151)	(55)	(343)
Saldo Final	806	644	833	665	1.450	1.498
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	315.282	252.227	280.414	223.378	567.509	503.792
Constituição	27.529	22.022	72.727	57.854	49.551	130.581
Realização/Reversão	(10.209)	(8.167)	(37.859)	(29.005)	(18.376)	(66.864)
Saldo Final	332.602	266.082	315.282	252.227	598.684	567.509
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	671	537	-	-	1.208	-
Constituição	-	-	13.251	10.601	-	23.852
Realização/Reversão	(671)	(537)	(12.580)	(10.064)	(1.208)	(22.644)
Saldo Final	-	-	671	537	-	1.208
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	172.572	138.058	139.368	111.349	310.630	250.717
Constituição	12.193	9.754	69.928	55.480	21.947	125.408
Realização/Reversão	(10.936)	(8.749)	(36.724)	(28.771)	(19.685)	(65.495)
Saldo Final	173.829	139.063	172.572	138.058	312.892	310.630
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	86	68	-	-	154	-
Constituição	430	344	277	221	774	498
Realização/Reversão	(86)	(68)	(191)	(153)	(154)	(344)
Saldo Final	430	344	86	68	774	154
Efeito no Patrimônio Líquido						
h) TVM						
Saldo Inicial	78.908	63.127	130.285	101.144	142.035	231.429
Constituição	19.572	15.658	311.173	253.869	35.230	565.042
Realização/Reversão	(14.260)	(11.409)	(362.550)	(291.886)	(25.669)	(654.436)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	84.220	67.376	78.908	63.127	151.596	142.035
i) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	598.562	478.850	577.129	461.703	1.077.412	1.038.832
Constituição	137	110	43.247	34.598	247	77.845
Realização/Reversão	(83.704)	(66.963)	(21.814)	(17.451)	(150.667)	(39.265)
Saldo Final	514.995	411.997	598.562	478.850	926.992	1.077.412

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. Total das Diferenças Temporárias	7.827.264	7.666.810	7.827.264	7.666.810
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.956.816	1.916.703	1.565.453	1.533.362
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.755.366	1.799.869	1.404.298	1.439.915
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	84.650	78.994	67.720	63.195
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.840.016	1.878.863	1.472.018	1.503.110
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	116.800	37.840	93.435	30.252

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos", no Ativo Não Circulante

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.03.2021, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2021	213.312	211.112	170.650	168.890	383.962	380.002
2022	160.189	154.311	128.152	123.449	288.341	277.760
2023	133.397	126.316	106.717	101.053	240.114	227.369
2024	172.605	153.312	138.084	122.650	310.689	275.962
2025	139.208	120.410	111.367	96.328	250.575	216.738
2026	185.687	156.406	148.550	125.123	334.237	281.529
2027	75.883	65.072	60.706	52.058	136.589	117.130
2028	67.478	58.390	53.982	46.712	121.460	105.102
2029	60.371	51.615	48.297	41.292	108.668	92.907
2030	51.235	42.545	40.988	34.036	92.223	76.581
Acima de 2030	580.651	579.911	464.525	463.931	1.045.176	1.043.842
Total	1.840.016	1.719.400	1.472.018	1.375.522	3.312.034	3.094.922

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2021

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021	31.12.2020
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	611	489	7	5	1.100	12
Realização/Reversão	(611)	(489)	(7)	(5)	(1.100)	(12)
Saldo Final (Notas 7.c)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	166.138	132.910	139.742	111.099	299.048	250.841
Constituição	551	440	28.057	23.140	991	51.197
Realização/Reversão	(27)	(21)	(1.661)	(1.329)	(48)	(2.990)
Saldo Final	166.662	133.329	166.138	132.910	299.991	299.048
c) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	20.206	16.165	16.179	12.923	36.371	29.102
Constituição	1.069	855	4.679	3.764	1.924	8.443
Realização/Reversão	(231)	(185)	(652)	(522)	(416)	(1.174)
Saldo Final	21.044	16.835	20.206	16.165	37.879	36.371
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	945	756	971	774	1.701	1.745
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(6)	(5)	(26)	(18)	(11)	(44)
Saldo Final	939	751	945	756	1.690	1.701
e) TVM						
Saldo Inicial	186.270	149.016	230.471	182.852	335.286	413.323
Constituição	97.667	78.134	820.467	656.828	175.801	1.477.295
Realização/Reversão	(182.070)	(145.656)	(864.668)	(690.665)	(327.726)	(1.555.333)
Saldo Final (Notas 7.a.2)	101.867	81.494	186.270	149.015	183.361	335.285

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Notas Explicativas

Os valores totais das Obrigações Fiscais Diferidas previstas para baixa, na posição de 31.03.2021, estão a seguir demonstrados:

Exercício	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2021	29.959	29.664	23.967	23.731	53.926	53.395
2022	28.845	26.884	23.076	21.508	51.921	48.392
2023	29.871	26.226	23.897	20.981	53.768	47.207
2024	26.432	21.864	21.146	17.491	47.578	39.355
2025	21.743	16.948	17.394	13.558	39.137	30.506
2026	17.089	12.552	13.671	10.042	30.760	22.594
2027	13.658	9.453	10.926	7.563	24.584	17.016
2028	8.439	5.505	6.752	4.404	15.191	9.909
2029	4.746	2.917	3.796	2.333	8.542	5.250
2030	3.197	1.851	2.557	1.481	5.754	3.332
Acima de 2030	106.533	101.537	85.227	81.229	191.760	182.766
Total	290.512	255.401	232.409	204.321	522.921	459.722

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2021.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Contribuição ao Cofins e Pis/Pasep	(88.754)	(81.821)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(10.197)	(9.525)
Outros Valores	(879)	(803)
Total (Nota 20.e)	(99.830)	(92.149)

NOTA 22 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

- a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém, existem dois processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável e somam o valor de R\$ 30.299: o primeiro, no importe de R\$ 29.319, que se trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária, e o segundo, com o montante de R\$ 980, que diz respeito a uma ação de execução de valor correspondente à repetição de indébito.

Notas Explicativas

- b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Provisão para Contingências	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
b.1) Fiscais (Nota 22 g.i)	3.659.616	21.419	3.483.643	20.830
i) Obrigação Legal	11.534	11.534	11.481	11.481
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.648.082	9.885	3.472.162	9.349
Provável	9.885	9.885	9.349	9.349
Possível	3.593.644	-	3.420.182	-
Remota	44.553	-	42.631	-
b.2) Trabalhistas	656.698	370.734	636.395	359.264
Provável (Nota 22 g.ii)	370.734	370.734	359.264	359.264
Possível	127.785	-	124.141	-
Remota	158.179	-	152.990	-
b.3) Causas Cíveis	9.538.928	215.376	9.047.362	223.388
Provável (Nota 22 g.iii)	215.376	215.376	223.388	223.388
Possível	2.282.349	-	2.157.136	-
Remota ⁽¹⁾	7.041.203	-	6.666.838	-
b.4) Outras Contingências (Nota 22 g.iv)	1.060.705	91.010	1.046.874	90.135
i) Operações Securitizadas	3.223	3.223	3.331	3.331
ii) Outras	1.057.482	87.787	1.043.543	86.804
Provável	87.787	87.787	86.804	86.804
Possível	915.762	-	904.386	-
Remota	53.933	-	52.353	-

¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 4.057.537 na posição de 31.03.2021 (R\$ 3.840.558 em 31.12.2020) Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.927.200 em 31.03.2021 (R\$ 2.770.666 em 31.12.2020); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 501.085 em 31.03.2021 (R\$ 474.289 em 31.12.2020); iii) repetição de indébito, danos morais e lucro cessante, R\$ 346.122 em 31.03.2021 (R\$ 327.613 em 31.12.2020); e iv) indenização por danos materiais e morais, lucros cessantes e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 283.130 em 31.03.2021 (R\$ 267.990 em 31.12.2020).

- c) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- d) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- e) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 3.189.170, em 31.03.2021 (R\$ 3.029.944 em 31.12.2020).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo de prestação de contas e devolução de valores indevidamente pagos que apresenta, na posição de 31.03.2021, saldo de R\$ 996.351, sendo R\$ 910.993 classificado como risco possível e R\$ 85.358 como provável (R\$ 985.000 em 31.12.2020, sendo R\$ 900.615 classificado como risco remoto e R\$ 84.385 como provável).

Notas Explicativas

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2021, o montante de R\$ 632.402, sendo R\$ 632.214 classificado com risco possível e R\$ 188 com risco provável (R\$ 598.584, sendo R\$ 598.405 classificado como risco possível e R\$ 179 como risco provável, em 31.12.2020).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2021, o montante de R\$ 207.068 (R\$ 195.995 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R\$ 122.283, na data base de 31.03.2021 (R\$ 115.744 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2021, R\$ 99.852 (R\$ 94.512 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2021, R\$ 98.798 (R\$ 93.514 em 31.12.2020).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2021, o montante de R\$ 69.091, sendo R\$ 66.772 como risco possível e R\$ 2.319 como risco remoto (R\$ 65.396 sendo R\$ 63.201 como risco possível e R\$ 2.195 como risco remoto em 31.12.2020).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.03.2021, R\$ 56.908 (R\$ 56.908 em 31.12.2020).

- f) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	195.788	189.405
Demandas Fiscais	48.528	48.020
Demandas Cíveis	290.352	282.371
Outras Demandas	47	47
Contragarantia Operações Repasses BID	41.419	39.053
Total	576.134	558.896

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões

g) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2021					31.12.2020				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 22.b.1)	20.830	933	(36)	(308)	21.419	17.815	4.292	(1.275)	(2)	20.830
ii) Trabalhistas (Nota 22.b.2)	359.264	16.454	(919)	(4.065)	370.734	334.025	106.836	(22.773)	(58.824)	359.264
iii) Cíveis (Nota 22.b.3)	223.388	30.341	(27.391)	(10.962)	215.376	176.738	104.804	(33.575)	(24.579)	223.388
iv) Outras (Nota 22.b.4)	90.134	1.058	(73)	(109)	91.010	33.860	59.414	(3.129)	(10)	90.135
Total	693.616	48.786	(28.419)	(15.444)	698.539	562.438	275.346	(60.752)	(83.415)	693.617

NOTA 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.03.2021	31.12.2020
Máxima	44.501,01	44.501,01
Mínima	1.925,25	1.925,25
Média	12.120,89	12.056,04

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	229.724,19	758.347,23	17.708,76	70.835,04	16.623,18	66.492,72
Menor remuneração individual ⁽³⁾	195.351,09	758.347,23	16.756,68	54.279,84	13.569,96	54.279,84
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	206.730,25	944.990,57	16.570,60	67.321,06	14.791,25	59.164,99
Número de membros ⁽⁵⁾	7,00	7,50	5,33	5,17	5,00	5,00

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período pelo número de membros de cada órgão

⁽⁵⁾ Corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.03.2021, o número de funcionários do Banco totalizava 6.656 (6.684 em 31.12.2020), registrando-se um decréscimo de 0,42% no quadro de pessoal.

NOTA 24 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.877, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de

Notas Explicativas

expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada trimestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

Notas Explicativas

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2021, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2021, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2020, 1:1).

d) Exposição ao Risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco de o custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo

e) Remensuração de Cálculos Atuariais

Para a posição de 31.03.2021, foram feitas as remensurações mediante cálculos e relatório atuarial efetuados por empresa de Consultoria Atuarial, para os planos BD e Natural, como também para o Seguro de Vida em Grupo. Para o Plano CV I, que não registra Passivo Atuarial, não houve remensuração, de modo que as informações apresentadas em 31.03.2021, correspondem aos dados da remensuração ocorrida em dezembro de 2020, acrescidos das movimentações mensais, por competência, de janeiro a março de 2021.

Notas Explicativas

f) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.146	5.430	6.181	4.694
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	5.131	323	5.205	3.656
TOTAL	6.277	5.753	11.386	8.350

g) Premissas Utilizadas

g.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capec, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capec) e Plano Natural (Camed)	
	31.03.2021	31.12.2020
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo	RP2000 M&F Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo
Inválidos	IAPC Fraca	IAPC Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Hunters (suavizada em 85%)	Hunters (suavizada em 85%)

Especificação	Plano CV I (Capec) e Seguro de Vida	
	31.03.2021	31.12.2020
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)	RP 2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)
Inválidos	IAPC Fraca	IAPC Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

g.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capec (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,32	7,03	7,65	7,65
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,94	3,30	3,90	3,90
Taxa média de inflação anual	3,25	3,61	3,61	3,61
Taxa nominal de crescimento salarial ^{(1) (2)}	4,28	4,65	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,25	3,61	3,61	3,61

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e funções do Banco.

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.03.2021	31.12.2020
	31.03.2021	31.12.2020		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,87	7,65	7,87	7,65
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,47	3,89	4,47	3,90
Taxa média de inflação anual	3,25	3,61	3,25	3,61
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,28	4,65	4,28	4,65
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios ^{(1) (2)}	1,65 ⁽²⁾	1,84 ⁽²⁾	4,28	4,65
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,97	3,84	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

⁽²⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR). Na posição de 31.03.2021, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 1,65% (1,84% em 31.12.2020), acima do "aging factor" e da inflação geral de preços, e decresce 0,24% no 2º e 3º ano, e 0,17% no 4º ano, permanecendo a partir do 4º ano em 1% a.a.

Notas Explicativas

g.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

g.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

g.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº4.877, do CMN. Na posição de 31.03.2021, foram apuradas as seguintes *durations*: para o plano Capef BD: 9,59 anos (10,08 anos em 31.12.2020), para o plano Capef CV I: 18,05 anos (18,05 anos em 31.12.2020), para o plano Natural: 16,75 anos (17,69 anos em 31.12.2020) e para o Seguro de Vida: 15,98 anos (16,83 anos em 31.12.2020).

h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

h.1) Planos de Previdência Privada

Especificação	Capef – Planos de Previdência Privada			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação atuarial ⁽¹⁾	(5.349.176)	(5.603.746)	(37.751)	(37.751)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(4.593.916)	(4.697.743)	(33.281)	(33.281)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(755.260)	(906.003)	(4.470)	(4.470)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	4.309.269	4.510.677	91.375	91.375
3. Efeito de Teto do Ativo	-	-	(53.624)	(53.624)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(1.039.907)	(1.093.069)	-	-

⁽¹⁾ Para o plano CV I, os valores se referem aos benefícios não programados (Parte BD), que possuem características de plano de benefício definido.

h.2) Plano de Assistência Médica e Seguro de Vida em Grupo

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.03.2021	31.12.2020
	31.03.2021	31.12.2020		
1. Valor Presente da Obrigação atuarial	(2.183.567)	(2.359.572)	(338.139)	(368.074)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(1.564.537)	(1.641.370)	(259.890)	(272.096)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(619.030)	(718.202)	(81.215)	(98.665)
1.3. Subsídio cruzado	-	-	2.966	2.687
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	171.222	165.335	-	-
3. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(2.012.345)	(2.194.237)	(338.139)	(368.074)

Notas Explicativas

i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(5.603.746)	(5.647.446)	(37.751)	(32.359)
2. Custo dos Juros	(95.349)	(354.042)	(714)	(2.326)
3. Custo do Serviço Corrente	(2.366)	(11.990)	(40)	(132)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	123.410	462.791	-	842
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(19.502)	(79.670)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	-	(42.558)
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	248.377	26.611	754	38.782
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(92.864)	(35.487)	754	34.096
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	341.241	248.977	-	1.251
7.3. Decorrentes da Alterações de Premissas Biométricas – tábuas	-	(184.204)	-	3.390
7.4. Decorrentes de Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	(2.675)	-	14
7.5. Decorrentes de Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar	-	-	-	31
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.349.176)	(5.603.746)	(37.751)	(37.751)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.03.2021	31.12.2020
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(2.359.572)	(2.293.236)	(368.074)	(363.829)
2. Custo dos Juros	(44.357)	(162.490)	(6.986)	(26.086)
3. Custo do Serviço Corrente	(7.854)	(42.489)	(792)	(3.804)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	19.727	73.711	2.515	10.077
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(6.796)	(27.244)	(829)	(3.262)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	3.378	11.363	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	211.907	80.813	36.027	18.830
7.1. Ajustes de Experiência	32.382	101.921	4.642	5.971
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	211.294	177.297	31.385	27.495
7.3. Alterações decorrentes da alteração da taxa de inflação médica (HCCTR) e custos médicos médios	(45.205)	(33.590)	-	-
7.4. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas	-	(164.430)	-	(14.615)
7.5. Decorrentes de Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	(385)	-	(21)
7.6. Decorrentes de reajuste na taxa de proteção financeira e tabela de dependentes	13.436	-	-	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.183.567)	(2.359.572)	(338.139)	(368.074)

⁽¹⁾Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	4.510.677	4.715.575	91.375	88.627
2. Receita de Juros	76.916	295.431	1.762	6.489
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	19.534	79.700	303	1.306
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	12	66	288	1.312
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	19.502	79.670	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	-	42.558
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(123.410)	(462.791)	-	(842)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	(193.962)	(196.974)	(2.353)	(48.075)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.309.269	4.510.677	91.375	91.375

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.03.2021	31.12.2020
	31.03.2021	31.12.2020		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	165.335	158.763	-	-
2. Receita de Juros	2.821	11.100	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	20.981	84.973	1.031	4.185
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(1.479)	(40.792)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	302	762	655	2.630
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	6.796	27.244	829	3.262
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.378)	(11.363)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(19.727)	(73.711)	(2.515)	(10.077)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	(429)	8.359	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	171.222	165.335	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

k) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Caped	
	Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(53.624)	(56.268)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.048)	(4.163)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	1.048	6.807
4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período	(53.624)	(53.624)

l) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Caped			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.349.176)	(5.603.746)	(37.751)	(37.751)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.309.269	4.510.677	91.375	91.375
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.039.907)	(1.093.069)	53.624	53.624
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(53.624)	(53.624)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período	(1.039.907)	(1.093.069)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.03.2021	31.12.2020
	31.03.2021	31.12.2020		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.183.567)	(2.359.572)	(338.139)	(368.074)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	171.222	165.335	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(2.012.345)	(2.194.237)	(338.139)	(368.074)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período	(2.012.345)	(2.194.237)	(338.139)	(368.074)

Notas Explicativas

m) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.354)	(2.980)	248	321
1.1. Custo do Serviço	(2.366)	(2.997)	(40)	(33)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	12	17	288	354
2. Juros Líquidos	(18.433)	(14.653)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(95.349)	(88.511)	(714)	(581)
2.2. Receita de Juros	76.916	73.858	1.762	1.622
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(1.048)	(1.041)
3. Valores Reconhecidos (item 1 + item 2)	(20.787)	(17.633)	248⁽¹⁾	321⁽¹⁾
4. Despesas Administrativas do Plano BD	(1.469)	(1.462)	-	-
5. Contribuições (Parte CD) do Plano CV I	-	-	(15.109)⁽²⁾	(14.851)⁽²⁾
6. Valor apropriado em Despesas	(22.256)	(19.095)	(15.069)	(14.821)

⁽¹⁾ Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

⁽²⁾ Contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego. Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 01.01 a 31.03.2021: R\$ 40; e 01.01 a 31.03.2020: R\$ 30.

Especificação	Camed - Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.552)	(10.622)	(137)	(354)
1.1. Custo do Serviço	(7.854)	(10.811)	(792)	(951)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	302	189	655	597
2. Juros Líquidos	(41.536)	(37.848)	(6.986)	(6.531)
2.1. Custo dos Juros	(44.357)	(40.622)	(6.896)	(6.531)
2.2. Receita de Juros	2.821	2.774	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(49.088)	(48.470)	(7.123)	(6.885)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 01.01. a 31.03.2021: R\$ 17; 01.01. a 31.03.2020: R\$ 16; e Seguro de Vida: 01.01. a 31.03.2021: R\$ 2; 01.01. a 31.03.2020: R\$ 1.

n) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.03.2021, dizem respeito principalmente aos aumentos nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2020, que passaram de 3,30% (31.12.2020) para 3,94% (31.03.2021) no plano BD, de 3,89% (31.12.2020) para 4,47% (31.03.2021) no Plano Natural e de 3,90% (31.12.2020) para 4,47% (31.03.2021) no Seguro de Vida em Grupo.

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.12.2020
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	(193.962)	(196.974)	(2.353)	(48.075)
2. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre a Obrigação	248.377	26.611	754	38.782
2.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(92.864)	(35.487)	754	34.096
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	341.241	248.977	-	1.251
2.3. Decorrentes da Alterações de Premissas Biométricas – Tábuas	-	(184.204)	-	3.390
2.4. Decorrentes da Alterações de Outras Premissas - PID	-	(2.675)	-	14
2.5. Decorrentes da Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar	-	-	-	31
3. Efeito do teto do ativo	-	-	1.048	6.807
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (item 1 + item 2 + item 3)⁽²⁾	54.415	(170.363)	(551)	(2.486)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do Plano BD: 01.01 a 31.03.2021: R\$38; e no cálculo atuarial do plano CV I: 01.01 a 31.12.2020: (R\$ 140).

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.12.2020
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.12.2020		
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	(429)	8.359	-	-
2. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre a Obrigação	211.907	80.813	36.027	18.830
2.1. Ajustes de Experiência	32.382	101.921	4.642	5.971
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	211.294	177.297	31.385	27.495
2.3. Alterações decorrentes da alteração da taxa de inflação médica (HCCTR) e custos médicos médios	(45.205)	(33.590)	-	-
2.4. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas	-	(164.430)	-	(14.615)
2.5. Decorrentes de Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	(385)	-	(21)
2.6. Decorrentes de reajuste na taxa de proteção financeira e tabela de dependentes	13.436	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no Final do Período (item 1 + item 2) ⁽²⁾	211.478	89.172	36.027	18.830

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 31.03.2021: R\$ (257); 01.01 a 31.12.2020: R\$ 12.360; e no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.03.2021: (R\$ 1); 01.01 a 31.12.2020: R\$ 10

o) Conciliação de movimentação do (Passivo)/Ativo líquido reconhecido no período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(1.093.069)	(931.871)	-	-
2. Contribuições do Empregador	19.534	79.700	303	1.306
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(20.787)	(70.535)	248	1.180
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	54.415	(170.363)	(551)	(2.486)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período	(1.039.907)	(1.093.069)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.03.2021	31.12.2020
	31.03.2021	31.12.2020		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(2.194.237)	(2.134.473)	(368.074)	(363.829)
2. Contribuições do Empregador	20.981	84.973	1.031	4.185
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(1.479)	(40.792)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(49.088)	(193.117)	(7.123)	(27.260)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	211.478	89.172	36.027	18.830
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período	(2.012.345)	(2.194.237)	(338.139)	(368.074)

p) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,25% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.661, de 25.05.2018 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Notas Explicativas

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Renda Fixa	85,05	86,95	73,51	73,51	86,71	88,19
Renda Variável	7,19	5,73	12,99	12,99	10,80	9,23
Imobiliários	5,77	5,40	4,89	4,89	2,49	2,58
Multimercado (Exterior e Fundos Estruturados)	0,13	0,13	4,49	4,49	-	-
Operações com Participantes	1,86	1,79	4,12	4,12	-	-

q) Análise de sensibilidade das principais premissas

A análise de sensibilidade demonstra como a obrigação de benefício definido, na posição de 31.03.2021, seria afetada por mudanças das seguintes premissas relevantes: (i) o acréscimo ou decréscimo de 0,25% a.a. na taxa de juros; (ii) o agravamento ou suavização em 10% nas tábuas de mortalidade de ativos; e (iii) o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.a. na inflação médica (HCCTR) no plano Natural.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.03.2021	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(5.349.176)	(5.225.604)	(5.478.049)	(5.178.630)	(5.543.449)
Valor Justo dos Ativos	4.309.269	4.309.269	4.309.269	4.309.269	4.309.269
Superávit (Déficit) Técnico	(1.039.907)	(916.335)	(1.168.780)	(869.361)	(1.234.180)
Variações:					
Aumento/(Redução) da Obrigação Atuarial		(2,3%)	2,4%	(3,2%)	3,6%
Aumento/(Redução) do Superávit (Déficit) Técnico		(11,9%)	12,4%	(16,4%)	18,7%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.03.2021	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(37.751)	(37.072)	(38.457)	(35.953)	(41.182)
Valor Justo dos Ativos	91.375	91.375	91.375	91.375	91.375
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	53.624	54.303	52.918	55.422	50.193
Variações:					
Aumento/(Redução) da Obrigação Atuarial		(1,8%)	1,9%	(4,8%)	9,1%
Aumento/(Redução) do Superávit (Déficit) Técnico		1,3%	(1,3%)	3,4%	(6,4%)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR		Tábuas Biométricas	
	31.03.2021	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.183.567)	(2.101.775)	(2.270.745)	(2.289.919)	(2.083.404)	(2.076.782)	(2.305.295)
Valor Justo dos Ativos	171.222	171.222	171.222	171.222	171.222	171.222	171.222
Superávit (Déficit) Técnico	(2.012.345)	(1.930.553)	(2.099.523)	(2.118.697)	(1.912.182)	(1.905.560)	(2.134.073)
Variações:							
Aumento/(Redução) da Obrigação Atuarial		(3,7%)	4,0%	4,9%	(4,6%)	(4,9%)	5,6%
Aumento/(Redução) do Superávit (Déficit) Técnico		(4,1%)	4,3%	5,3%	(5,0%)	(5,3%)	6,0%

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.03.2021	+ 0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(338.139)	(325.589)	(351.468)	(353.145)	(321.669)
Superávit (Déficit) Técnico	(338.139)	(325.589)	(351.468)	(353.145)	(321.669)
Variações:					
Aumento/(Redução) da Obrigação Atuarial		(3,7%)	3,9%	4,4%	(4,9%)
Aumento/(Redução) do Superávit (Déficit) Técnico		(3,7%)	3,9%	4,4%	(4,9%)

Notas Explicativas

r) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

r.1) Contribuições Esperadas para o período de abril a dezembro de 2021

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural ⁽³⁾	
1. Contribuições do Empregador	69.357	902	56.061	2.735
2. Contribuições de Empregados Ativos	29	882	-	1.652
3. Contribuições de ex-Empregados Assistidos	69.328	-	25.133	2.886

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.03.2021: Empregador: R\$ 5.220 e Empregados e Assistidos R\$ 5.220;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: Empregador: R\$ 43.845 e Empregados: R\$ 43.864;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

r.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	421.028	2.058	80.626	11.008
De 1 ano a 2 anos	403.883	1.845	81.955	11.526
De 2 anos a 3 anos	380.344	1.505	82.787	11.966
De 3 anos a 4 anos	357.013	1.224	82.941	12.312
Acima de 4 anos	3.786.908	31.119	1.855.258	291.327
Total	5.349.176	37.751	2.183.567	338.139

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados descontados a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

s) Estimativa de Despesas para o período de abril a dezembro de 2021

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.070)	744	(23.562)	(723)
2. Juros Líquidos	(55.300)	-	(124.607)	(20.957)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(62.370)	744	(148.169)	(21.680)

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 99.017.403 (R\$ 96.267.876 em 31.12.2020), está registrada em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 16.970.947 (R\$ 14.293.626 em 31.12.2020), registrados no título "Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No 1º trimestre, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 74.021 (R\$ 223.896 em 31.03.2020).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.

Notas Explicativas

- d) A composição dos saldos dos financiamentos com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 31.03.2021	Provisão Normal em 31.03.2021 ^{(1) (2)}	Provisão Pru- dencial em 31.03.2021 ⁽³⁾	Total da Pro- visão em 31.03.2021	Saldos 31.12.2020	Total da Provi- são em 31.12.2020 ^{(1) (2) (3)}
AA	34.139.125	-	(118.516)	(118.516)	34.922.308	(134.686)
A	21.045.690	(52.869)	(153.280)	(206.149)	22.021.060	(216.181)
B	6.468.613	(32.545)	(39.566)	(72.111)	6.004.651	(65.992)
C	3.005.363	(45.029)	(18.677)	(63.706)	2.193.204	(46.342)
D	1.352.509	(67.789)	(10.172)	(77.961)	923.220	(53.028)
E	882.770	(132.821)	(7.459)	(140.280)	632.393	(100.780)
F	590.345	(147.633)	(3.993)	(151.626)	495.524	(127.144)
G	461.678	(161.512)	(2.145)	(163.657)	428.271	(151.693)
H	4.036.893	(2.004.688)	-	(2.004.688)	4.178.467	(2.076.702)
Total	71.982.986	(2.644.886)	(353.808)	(2.998.694)	71.799.098	(2.972.548)

⁽¹⁾ Em 31.03.2021, inclui R\$ 37.924 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 40.837 em 31.12.2020)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a reapetuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

⁽³⁾ Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito.

- e) Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *delcredere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *delcredere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 552.657 (R\$ 445.062 em 31.03.2020).
- f) No 1º trimestre, a taxa de administração foi de R\$ 386.117 (R\$ 353.155 em 31.03.2020), calculada à base de 2,1% (2,4% em 2020) ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- g) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Secca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - a taxa de administração, somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.
- h) Medidas adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia Covid-19

A Resolução CMN nº 4.798, de 06.04.2020, suspendeu por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020, com eventual acréscimo ao final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou em atraso até 90 dias, de responsabilidade de beneficiários do FNE que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido em ato do Poder Executivo.

A Resolução CMN nº 4.801, de 09.04.2020, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.840, de 31.07.2020, autorizaram a prorrogação para até 15 de dezembro de 2020 das parcelas dos créditos vencidas de 01.01.2020 a 14.12.2020 das operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja comercialização da produção tenha sido preju-

Notas Explicativas

dicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos provocados pela pandemia Covid-19.

O montante das operações de crédito que tiveram parcelas suspensas com base nessas Resoluções está demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Regularização	Quantidade	Valor Renegociado
Resolução CMN 4.782/20 Covid 19	19	5.621
Renegociação Automática Res. CMN 4.782 E 4.798/2020	31	46.778
Resolução CMN 4.798/2020	1.112	1.384.135
Lei 13.998/20 P-FIES Covid 19	1	6
Renegociação Covid19 Complementar	1.113	1.044.083
Renegociação Digital Covid19 Complementar	2.469	439.518
Total	4.745	2.920.141

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2021	31.12.2020
Protrabalho Investimento	004/2007	132.571	105.039
Total		132.571	105.039

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 14.035 (R\$ 14.828 em 31.12.2020) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Longo Prazo (TLP) quando liberados. Os recursos disponíveis totalizam R\$ 79 (R\$ 9 em 31.12.2020).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n°s 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2021		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	3.794	16	79	14.035	14.114
Total (Notas 13.b e 28.a.1)			3.794	16	79	14.035	14.114

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2020		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	3.991	22	9	14.828	14.837
PNMPO	01/2010	RA	765	6	-	-	-
Total (Notas 13.b e 28.a.1)			4.756	28	9	14.828	14.837

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

Notas Explicativas

NOTA 27 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o exercício de 2021 a 2025, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 08.12.2020. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal: www.bnb.gov.br.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta de Capital de 2,0 pontos percentuais acima dos requerimentos mínimos, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução 4.557 do CMN. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o exercício de 2021 a 2025 não se vislumbrou indícios de descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatório em nenhum dos cenários utilizados. Haveria o comprometimento da meta de capital (2,0 pontos percentuais acima das exigências mínimas de capital regulatório) apenas nos cenários de estresse com ocorrência a partir de 2022.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Notas Explicativas

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.930, de 14.02.2019, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	31.03.2021	31.12.2020
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	55.432.356	54.475.937
Público	1.281.962	1.257.833
Privado	54.150.394	53.218.104
Comércio	5.752.771	6.289.503
Comércio Exterior	680.262	714.439
Indústria	8.282.448	8.346.360
Infraestrutura	17.861.826	16.656.995
Microfinança Urbana	5.540.600	5.307.579
Pessoas Físicas	103.957	100.781
Rural	10.123.109	9.954.839
Outros Serviços	5.805.421	5.847.608
Operações de Mercado	51.810.954	53.519.103
Títulos Públicos Federais	47.738.543	49.453.031
Operações Compromissadas	17.505.744	20.671.729
Outras	30.232.799	28.781.302
Depósitos Interfinanceiros	1.087.958	1.083.961
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.168.823	1.172.934
Outras Operações	1.815.630	1.809.177
Demais Ativos	5.855.680	6.191.236
Total	113.098.990	114.186.276

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.001.883 (R\$ 3.962.877 em 31.12.2020). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.724.919 (R\$ 5.327.127 em 31.12.2020).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

Notas Explicativas

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2021(%)	31.12.2020(%)
Índice de Liquidez	Na data-base	323,37	318,20
	Média dos últimos 12 meses	328,18	447,63
	Máximo dos últimos 12 meses	823,97	925,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	241,95	241,95

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- Variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- Relatório de exposição cambial;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting*); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> 0,8% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 8% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 8% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 3% (quatro por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá um alerta à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Notas Explicativas

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de: i) operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda; ii) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, quando houver, conforme definido pelo Bacen, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001; iii) operações destinadas à proteção (hedge) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Em 31.03.2021, a Carteira de Negociação do Banco do Nordeste estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, realizadas com taxas prefixadas, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 3.624.577 e um VaR de R\$ 187.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

O Risco de Taxa de Juros das operações classificadas na Carteira Bancária (IRRBB) corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados da Instituição financeira, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuadas atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- a) Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- b) Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados e internos (há modelo interno apenas para o Δ NII) baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876.

Na posição de 31.03.2021, a Carteira Bancária do Banco do Nordeste possuía exposição marcada a mercado (somatório do valor absoluto das exposições líquidas de cada fator de risco) de R\$ 7.326.058, apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 149.900 e R\$ 2.068, respectivamente.

Testes de Estresse

O teste de estresse permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

- a) estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;

Notas Explicativas

- b) estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- c) estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	(3.719.820)	(3.726.569)	(6.749)	(3.733.962)	(14.142)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	3.201	3.016	(185)	2.835	(366)
Cupom de Euro	Redução do cupom	(1.309)	(1.309)	-	(1.309)	-
Cupom de IGP	Aumento do cupom	191.001	187.162	(3.839)	183.607	(7.394)
Cupom de IPCA	Aumento do cupom	364.355	337.997	(26.358)	339.882	(24.473)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	63.151	60.709	(2.442)	58.474	(4.677)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.602.823)	(2.658.270)	(55.447)	(2.697.375)	(94.552)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	6.772.566	6.666.155	(106.411)	6.572.883	(199.683)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Dólar x DI	115.402	115.634	(232)	115.881	(479)
		Passivo em ME	(112.858)	(113.878)	(1.020)	(114.162)	(1.304)
		Exposição Líquida	2.544	1.756	(788)	1.719	(825)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no montante de R\$ 12.531 (R\$ 23.454 em 31.12.2020 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2021	31.12.2020	Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Disponibilidades	3.043	3.922	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	105.154	106.054	Relações Interdependências	5.629	4.040
Operações de Crédito	509.188	497.955	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	65.794	63.251
Outros Créditos	883.851	827.621	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	605.439	711.278
			Outras Obrigações	951.566	907.302
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.501.236	1.435.552	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.628.428	1.685.871
Operações de <i>Swap</i>	114.661	226.865			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.615.897	1.662.417	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.628.428	1.685.871

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

Notas Explicativas

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2021, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 12,82% (12,83% em 31.12.2020). O índice de Nível I ficou em 10,47% (10,02% em 31.12.2020) e o índice de Capital Principal em 9,29% (8,82% em 31.12.2020). O PR apurado foi de R\$ 8.886.800 (R\$ 8.729.534 em 31.12.2020), o Nível I ficou em R\$ 7.060.717 (R\$ 6.675.190 em 31.12.2020) e o Capital Principal em R\$ 6.264.828 (R\$ 5.879.301 em 31.12.2020), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 67.463.810 (R\$ 66.623.721 em 31.12.2020). Não se registrou a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência (PR)	8.886.800	8.729.534
Nível I	7.060.717	6.675.190
Capital Principal	6.264.828	5.879.301
Capital Complementar	795.889	795.889
Nível II	1.826.083	2.054.344
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	67.463.810	66.623.721
Parcela RWACPAD	55.514.047	55.144.098
Parcela RWACAM	119.399	119.445
Parcela RWAJUR	7.073	16.512
Parcela RWACOM	636	625
Parcela RWAOPAD	11.822.655	11.343.041
Margem sobre o PR Requerido	3.489.695	3.399.637
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	149.900	113.622
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.339.796	3.286.015
Margem sobre o PR Nível I Requerido	3.012.888	2.677.767
Margem sobre o Capital Principal Requerido	3.228.956	2.881.234
Adicional de Capital Requerido- ACP (1,25%)⁽¹⁾	843.298	832.797
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	2.169.590	1.844.971
Índices de Basileia:		
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,29%	8,82%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,47%	10,02%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,17%	13,10%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	12,82%	12,83%

⁽¹⁾ até dezembro/2019 era 2,5%; a partir de abril/2020, passou a ser 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.886.800	8.729.534
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	7.060.717	6.675.190
Capital Principal	6.264.828	5.879.301
Capital Social	6.293.460	5.569.988
Reservas de Lucros	1.035.243	1.668.959
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.364	13.671
Contas de Resultado Credoras	2.401.452	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.025.032)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.094.166)	(1.080.643)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(89.449)	-
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	500.000
Ajustes Prudenciais	(770.044)	(792.674)
Ativos Intangíveis	(721)	(721)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(767.371)	(764.640)
Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(1.952)	(27.313)
Capital Complementar	795.889	795.889
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	795.889	795.889
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	1.826.083	2.054.344
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.826.083	2.054.344

Notas Explicativas

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução nº 4.192, de 01.03.2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução nº 4.733, de 27.06.2019 do CMN que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. Em 2020, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução nº 4.192, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
PR Nível I	7.060.717	6.675.190
Exposição Total	105.789.928	105.711.799
Razão de Alavancagem (%)	6,67	6,31

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.886.800	8.729.534
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.443.400	4.364.767
Situação	238.955	234.094
Margem	4.204.445	4.130.673
Índice de imobilização	2,69%	2,68%

NOTA 28 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No trimestre, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

Notas Explicativas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 26)	14.114	14.837
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.429.046	1.213.953
Tesouro Nacional	651	614
BNDES	1.146.955	1.174.358
Finame	31.284	38.981
Fungetur	250.156	-
Outras Obrigações	20.886.969	18.185.794
FNE	16.978.107	14.300.617
FDNE	617.310	625.252
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	101.098	98.943
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 17.a)	500.000	500.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17.c)	2.690.454	2.660.982
Total	22.330.129	19.414.584

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	31.03.2021	31.12.2020
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 24.h.1)	1.039.907	1.093.069
Plano de Assistência Médica (Nota 24.h.2)	2.012.345	2.194.237
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 24.h.2)	338.139	368.074
Total	3.390.391	3.655.380

a.3) As principais receitas e despesas com Partes Relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Depósitos a Prazo - FAT	(9.616)	(18.884)
Tesouro Nacional	(36)	(8)
BNDES	(51.910)	(34.769)
Finame	(1.535)	(930)
FMM	(5.772)	(14.559)
FNE	427.556	236.430
FDNE	5.753	6.430
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(28.801)	(29.166)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(29.472)	(37.773)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(22.256)	(19.095)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(14.821)	(14.500)
Plano de Assistência Médica	(82.187)	(48.453)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(7.120)	(6.883)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Honorários	1.155	1.154
Diretoria	1.019	1.018
Conselho de Administração	68	68
Conselho Fiscal	68	68
Outros	379	623
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	-	-
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.534	1.777
Benefícios Pós-Emprego	76	1
Total	1.610	1.778

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

Notas Explicativas

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

NOTA 29 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Resultado Recorrente	376.420	253.813
(+) Resultado Não Recorrente	-	149.861
<i>Impairment</i> de Títulos ⁽¹⁾	-	(50.139)
Venda do Balcão de Seguros ⁽²⁾	-	200.000
(+) Efeitos fiscais, de IECP e PLR sobre itens extraordinários ⁽³⁾	-	(76.021)
Lucro Líquido	376.420	327.653

⁽¹⁾Valores reconhecidos como perda de caráter permanente para a carteira de Títulos do Banco, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

⁽²⁾ Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros.

⁽³⁾Valores calculados sobre os itens 1 e 2 do Resultado Não Recorrente.

NOTA 30 - Evento Subsequente

Pagamento de Dividendos do exercício de 2020

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovada a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referentes ao exercício findo em 31.12.2020, no montante de R\$ 242.183. O pagamento ocorreu em 12.04.2021.

NOTA 31 - Outras Informações

a) A Medida Provisória n.º 1.034, editada em 01.03.2021, ainda não apreciada pelo Congresso Nacional, altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro, para 25%, com vigência no período de julho a dezembro/2021.

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram aprovadas pela Diretoria Executiva, por meio de reunião realizada em 04 de maio de 2021.

Fortaleza (CE), 04 de maio de 2021.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar às informações financeiras intermediárias individuais pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2021.

Fortaleza, 04 de maio de 2021

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim – (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 13 de maio de 2021, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2021.

Fortaleza, 13 de maio de 2021

Romildo Carneiro Rolim – (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração)